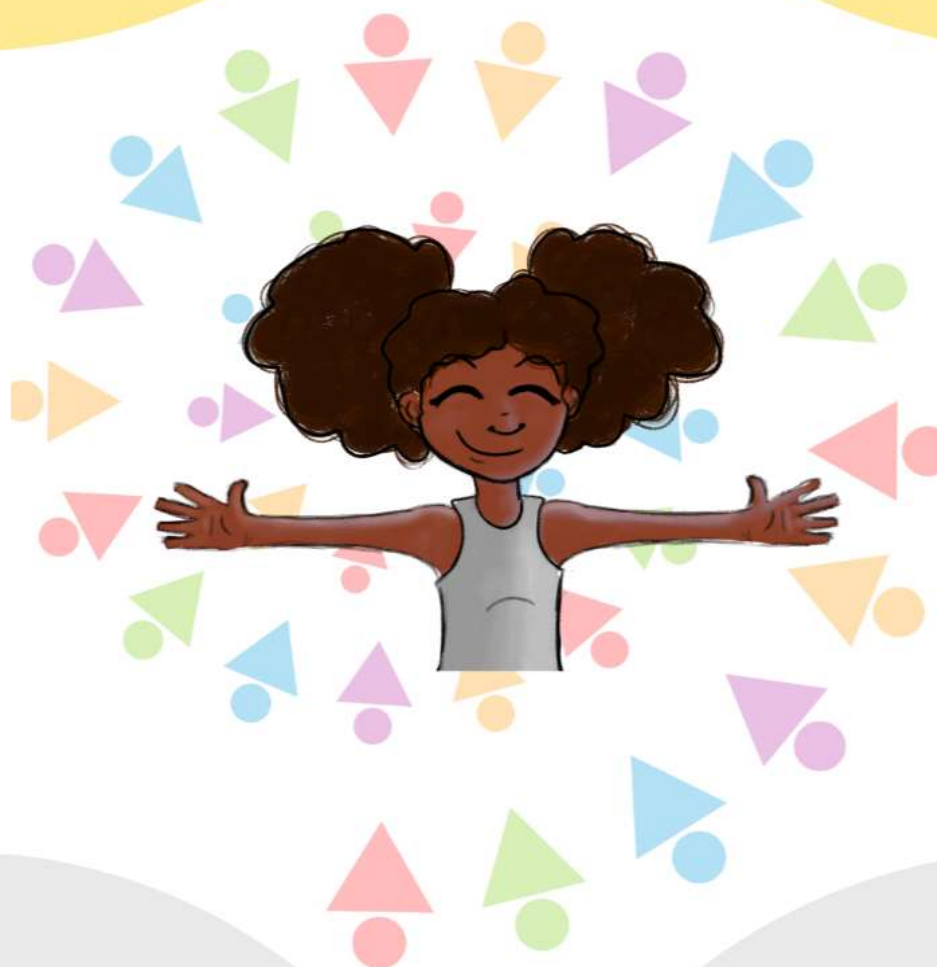




**XVII SEMINÁRIO NACIONAL
O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
“200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL”**

Universidade Federal de Uberlândia

18 a 22 de agosto de 2026

ANAIS DO EVENTO



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"

Universidade Federal de Uberlândia

18 a 22 de agosto de 2026

Universidade Federal de Uberlândia

Anais [recurso eletrônico] do XVII Seminário Nacional O Uno e o Diverso na Educação Escolar e II Seminário Internacional 200 Anos de Escolas Públicas no Brasil: 200 anos de escolas públicas no Brasil: instituições escolares, saberes e práticas educativas entre o Uno e o Diverso / organização de Iara Vieira Guimarães et al. – Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2026.

Modo de acesso: <https://eventos.ufu.br/unodiversobicentenario>

ISSN 2236-1383



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"

Universidade Federal de Uberlândia

18 a 22 de agosto de 2026

APRESENTAÇÃO

Pensar a educação pública brasileira é reconhecer a pluralidade de sujeitos, instituições, saberes, práticas e projetos que, ao longo do tempo, constituíram a escola e lhe atribuíram diferentes sentidos. É também interrogar as desigualdades da nossa história educacional e reafirmar a educação como direito, bem público e condição fundamental para a construção de uma sociedade democrática.

É nesse horizonte que se inscreve o XVII Seminário Nacional O Uno e o Diverso na Educação Escolar, realizado entre os dias 18 e 22 de agosto de 2026, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em Uberlândia, Minas Gerais, em articulação com o II Seminário Internacional 200 Anos de Escolas Públicas no Brasil.

A realização conjunta dos eventos assumiu significado especial diante da aproximação do bicentenário da Lei de 15 de outubro de 1827, marco importante da institucionalização da instrução pública no Brasil independente.

Sob a perspectiva das instituições escolares, dos saberes e das práticas educativas entre o Uno e o Diverso, pesquisadores/as, professores/as, estudantes e profissionais da Educação foram convidados/as a refletir sobre escolas públicas das cinco regiões brasileiras, constituídas em diferentes momentos históricos, estabelecendo também interlocuções com experiências de outros países da América Latina.

As discussões contemplaram diferentes dimensões da constituição histórica e contemporânea da escola: os processos de organização e expansão da escolarização; as instituições escolares; a profissão docente; os sujeitos da educação; as políticas públicas educacionais; as práticas e formas de ensino; as disciplinas e os currículos escolares; os saberes produzidos e mobilizados na escola; e os sentidos atribuídos à educação em sua relação com diferentes projetos de sociedade e de nação.

Esse movimento permitiu compreender que a história da escola pública não pode ser reduzida a uma narrativa linear de progresso. Ela é constituída por disputas, desigualdades, conquistas, resistências e projetos distintos de educação e sociedade. Interrogar seus duzentos anos significa, portanto, perguntar não apenas que escola pública construímos, mas também que escola pública desejamos construir.

A combinação de diferentes formas de participação expressa um princípio que orientou esta edição: a produção científica e os debates educacionais ganham relevância social quando são capazes de ultrapassar fronteiras institucionais, geográficas e acadêmicas, criando possibilidades efetivas de interlocução.

Estes Anais também são parte do encontro. A publicação dos Anais do XVII Seminário Nacional O Uno e o Diverso na Educação Escolar e II Seminário Internacional 200 Anos de Escolas Públicas no Brasil prolonga o evento para além dos cinco dias em que estivemos reunidos em agosto de 2026.

As páginas que seguem registram parte da pluralidade de questões, pesquisas, experiências e perspectivas que atravessaram o encontro. Mais do que constituírem uma memória documental, estes Anais possibilitam que ideias apresentadas, debatidas e problematizadas durante o evento continuem circulando, produzindo diálogos e suscitando novas perguntas.

Publicar estes Anais significa, portanto, preservar uma memória e colocá-la em movimento.

Uberlândia, agosto de 2026.

Comissão Organizadora - XVII Seminário Nacional O Uno e o Diverso na Educação Escolar - II Seminário Internacional 200 Anos de Escolas Públicas no Brasil



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"

Universidade Federal de Uberlândia

18 a 22 de agosto de 2026

REALIZAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Faculdade de Educação – FACED

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED

Linha de Pesquisa Saberes e Práticas Educativas

ORGANIZAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – PPGED/UFU

Linha de Pesquisa Saberes e Práticas Educativas

Portal do Bicentenário

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – PPGED/UFU

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz – PPGE/UESC

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa – PGEnsino/Unipampa

APOIO

Editora da Universidade Federal de Uberlândia – EDUFU

COORDENAÇÃO GERAL

Profa. Dra. Aléxia Pádua Franco

FACED/UFU; Portal do Bicentenário

COMISSÃO ORGANIZADORA

Docentes da Linha de Pesquisa Saberes e Práticas Educativas – PPGED/UFU

Andrea Maturano (PPGED/UFU)

Astrogildo Fernandes da Silva Júnior (PPGED/UFU)

Camila Lima Coimbra (PPGED/UFU)

Camila Turati Pessoa (PPGED/UFU)

Fernanda Duarte Araújo Silva (PPGED/UFU)

Iara Vieira Guimarães (PPGED/UFU)

Maria Irene Miranda (PPGED/UFU)

Narciso Lorangeira Telles da Silva (PPGED/UFU)

Rafael Martins Mendes (PPGED/UFU)

Roberto Valdés Puentes (PPGED/UFU)

Vanessa Matos dos Santos (PPGED/UFU)

Vanessa Therezinha Bueno Campos (PPGED/UFU)

Welson Barbosa Santos (PPGED/UFU)

**XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR****II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"**

Universidade Federal de Uberlândia

18 a 22 de agosto de 2026

Docentes da Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação - PPGED/UFU

Rafaela Silva Rabelo (PPGED/UFU)

Raquel Discini de Campos (PPGED/UFU)

Sauloeber Tarsio de Souza (PPGED/UFU; ProfHistória/UFU)

Selmo Haroldo de Rezende (PPGED/UFU)

Integrantes do Portal do Bicentenário

Alessandro Carvalho Bica (PPGEnsino/Unipampa)

Cíntia Borges de Almeida (PPGE/UDESC)

Cristiane Batista da Silva Santos (PPGE/UDESC)

Ilka Miglio de Mesquita (PPGE/UDESC)

João Victor da Fonseca Oliveira (SEE/MG – Belo Horizonte)

Lara Luisa Farias Silva (UESC)

Luciano Mendes Farias Filho (UFPE)

Marcelo Gomes da Silva (PPGE/UDESC)

Pedro Castellan Medeiros (Educação Básica – SP)

Raquel Freire Bonfim (UESC/UFBA)

Discentes e egressos/as da graduação e da pós-graduação – FACED/UFU

Adriana dos Santos Prado Sadoyama (discente PPGED/UFU)

Adriana Regiane Gonçalves (discente PPGED/UFU)

Amanda de Almeida Araújo Miranda (discente PPGED/UFU)

Aneuzimira Caldeira Souza (discente PPGED/UFU)

Brenda Gonçalves de Resende (discente PPGED/UFU)

Daniella Salviana Faria (discente PPGED/UFU)

Emilene Julia da Silva Freitas Carvalho (discente PPGED/UFU)

Guilherme Dalla Mutta Resende (discente PPGED/UFU)

Hortência Silva Sousa (graduanda em Pedagogia/UFU)

Ilda Cristina da Silva Costantin (discente PPGED/UFU)

Isabela Cazarini do Prado (discente PPGED/UFU)

Ishangly Juana da Silva (discente PPGED/UFU)

Izabela Amaral Cunha (discente PPGED/UFU)

Joyce Duarte Queiroz (discente PPGED/UFU)

Juliana Nastalli Pimentel (discente PPGED/UFU)

Kelly Alves Camilo (discente PPGED/UFU)

Letícia de Paula e Silva Andrade (discente PPGED/UFU)

Lidia Andrade da Silva (discente PPGED/UFU)

Líney Lemos Almeida (discente PPGED/UFU)

Luiza Helena de Araujo (discente PPGED/UFU)



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"

Universidade Federal de Uberlândia

18 a 22 de agosto de 2026

Olavo Lisboa dos Santos (discente PPGED/UFU)
 Priscila Franco Dias Bernardino (discente PPGED/UFU)
 Raquel Faria Dias (discente PPGED/UFU)
 Rodrigo da Silva Menezes (discente PPGED/UFU)
 Sandra Alves Reis de Queiroz (egressa PPGED/UFU)
 Tássita de Assis Moreira (egressa PPGED/UFU)
 Waldeck Campanha de Souza Junior (discente PPGED/UFU)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Região Sudeste

Aléxia Pádua Franco (PPGED/UFU)
 Andrea Maturano (PPGED/UFU)
 Angélica Borges (UERJ)
 Ariadne Lopes Ecar (UFSCar)
 Astrogildo Fernandes da Silva Júnior (PPGED/UFU)
 Camila Lima Coimbra (PPGED/UFU)
 Camila Turati Pessoa (PPGED/UFU)
 Fabiana Garcia Munhoz (UERJ)
 Fernanda Duarte Araújo Silva (PPGED/UFU)
 Géssika Mendes Vieira (discente PPGED/UFU)
 Iara Vieira Guimarães (PPGED/UFU)
 Ishangly Juana da Silva (discente PPGED/UFU)
 Jacqueline Aparecida Mendonça (SEE/MG – Uberlândia)
 José Carlos Araújo (PPGED/UFU)
 Maria Beatriz Gomes Bellens Porto (CEDERJ; Escola Eleva)
 Maria Irene Miranda (PPGED/UFU)
 Paloma Rezende de Oliveira (UNIRIO)
 Rafaela Silva Rabelo (PPGED/UFU)
 Roberto Valdés Puentes (PPGED/UFU)
 Rita Cristina Lima Lages (UFOP)
 Sauloeber Tarsio de Souza (PPGED/UFU; ProfHistória/UFU)
 Vanessa Matos dos Santos (PPGED/UFU)
 Vanessa Therezinha Bueno Campos (PPGED/UFU)

Região Norte

Leonardo Dias da Fonseca (UEA)
 Robson Fonseca Simões (UNIR)



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"

Universidade Federal de Uberlândia

18 a 22 de agosto de 2026

Região Nordeste

Aline de Moraes Limeira (UFPB)
 Antonieta Miguel (UNEB)
 Benedito G. Eugenio (UESB)
 Cíntia Borges de Almeida (PPGE/UESC)
 Cristiane Batista da Silva Santos (PPGE/UESC)
 Cristiano Sant'Anna Bahia (UESC)
 Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito (UFSB)
 Eugênia da Silva Pereira (UESC)
 Ilka Miglio de Mesquita (PPGE/UESC)
 Ione Celeste Jesus de Sousa (UEFS)
 Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)
 Joaquim Tavares da Conceição (UFS)
 Joceneide Cunha dos Santos (UNEB)
 Joelson Alves Onofre (UESC)
 Jorsinai de Argôlo Souza (UESC)
 José Valdir Jesus de Santana (UESB)
 Joseni Pereira Meira Reis (UNEB)
 Lilian Moreira Cruz (UESC)
 Lívia Andrade Coelho (UESC)
 Luzinete Rosa dos Santos (UFS; SEMED Aracaju)
 Marcelo Gomes da Silva (PPGE/UESC)
 Marcos Lopes de Souza (UESB)
 Mariângela Dias Santos Lobo (SEMED Aracaju)
 Mirianne Santos de Almeida (IFS)
 Nancy Rita Sento Sé de Assis (UNEB)
 Nilma Margarida de Castro Crusoé (UESB)
 Patrícia Batista dos Santos (Seasic/Sergipe; SEMED Aracaju)
 Rodrigo Ceballos (UFCG)
 Rony Rei do Nascimento Silva (Unit)
 Rute Andrade Castro (UNEB)
 Sandra Regina Mendes (UNEB)
 Silvano da Conceição (UESC)
 Surya Aaronovich Pombo de Barros (UFPB)
 Valéria Maria Santana Oliveira (IFS)
 Vinicius Santos da Silva (UNEB)
 Virgínia Pereira da Silva de Ávila (PPGE/UPE)
 Viviane Briccia do Nascimento (UESC)

Região Sul

Adriana Duarte Leon (IFSul/RS)



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"

Universidade Federal de Uberlândia

18 a 22 de agosto de 2026

Alessandro Carvalho Bica (Unipampa)
 Dóris Bittencourt Almeida (UFRGS)
 Elaine Aparecida Teixeira Pereira (UDESC)
 Giana Lange do Amaral (UFPel)
 Jorsinai de Argôlo Souza (UESC)
 José Edimar de Souza (UCS)
 Luciane Sgarbi Grazziotin (Unisinós)
 Tobias de Medeiros Rodrigues (Unipampa)
 Vania Grim Thies (UFPel)

Região Centro-Oeste

Fabiano Antonio dos Santos (UFMS)
 Fabiany de Cássia Tavares Silva (UFMS)
 Maria Aparecida Lima dos Santos (UFMS)

Comissão Científica Internacional

Felipe Andres Zurita Garrido (UMCE – Chile)
 Martin Omar Aveiro (Universidad Nacional del Sur – Argentina)



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"

Universidade Federal de Uberlândia

18 a 22 de agosto de 2026

SUMÁRIO

COLÉGIO ESTADUAL HÉLIO WANDERLEY SOBRAL DE CARVALHO (ITAPORANGA D'AJUDA/SE)	11
CENTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE TEMPO INTEGRAL - CETEP (MEDEIROS NETO/BA)	12
GINÁSIO DE UBATÃ (UBATÃ/BA)	13
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LUIZ ROCHA E SILVA (UBERLÂNDIA/MG)	14
ESCOLA MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO (ITABUNA/BA)	15
ESCOLA RURAL IDELFONSO TEIXEIRA ANDRADE (UBAÍRA, BAHIA)	16
GINÁSIO ESTADUAL OSMÁRIO BATISTA – 1958 - (CANAVIEIRAS/BA)	17
GRUPO ESCOLAR DEOLISANO RODRIGUES DE SOUZA (MEDEIROS NETO/BA)	18
ESCOLA MUNICIPAL PROF.ª NOÉCIA VIDAL CAVALCANTE (CANAVIEIRAS/BA)	19
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFESSOR HENRIQUE MORATO (MATÃO/SP)	20
LYCEU PROVINCIAL DA BAHIA (SALVADOR/BA)	21
ESCOLA ESTADUAL CORONEL JOSÉ TEÓFILO CARNEIRO (UBERLÂNDIA/MG)	22
ESCOLA ESTADUAL SEGISMUNDO PEREIRA (UBERLÂNDIA/MINAS GERAIS)	23
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA PACHECO REZENDE (UBERLÂNDIA/MG)	24
COLÉGIO ESTADUAL VALDELICE SOARES PINHEIRO (ITABUNA/BA)	25
ESCOLA MUNICIPAL NÍSIA VILELA FERNANDES - 1965-2008 (CAXIAS- RJ)	26
ESCOLA ESTADUAL MARCOLINO DE BARROS (PATOS DE MINAS/MG)	27
ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS (GUANAMBI/ BA)	28
GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO (SALVADOR/BA)	29
CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS DE UBERLÂNDIA (UBERLÂNDIA/ MG)	30
INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - (ITUJUTABA/MG)	31
GINÁSIO PERNAMBUCANO (RECIFE/PE)	32
ESCOLA MUNICIPAL DE INEMA (ILHÉUS/BA)	33
COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	34
GRUPO ESCOLAR URSULA CATHARINO (SALVADOR/BA)	35
CENTRO EDUCACIONAL MANOEL MUNIZ DE OLIVEIRA (BARRA DO ROCHA/BA)	36
GRUPO ESCOLAR RURAL LUIZA GUERRA (CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE)	37
GRUPO ESCOLAR PADRE DANTAS – 1935 - 1965 (MARUIM/SE)	38
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA TEREZINHA CUNHA SILVA (UBERLÂNDIA/MG)	39
COLÉGIO ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL FÁBIO ARARIPE GOULART (ILHÉUS/BA)	40
ESCOLA MUNICIPAL THEMÍSTOCLES ANDRADE (ILHÉUS/BA)	41
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL FRANCISCO BUENO MONTEIRO (UBERLÂNDIA/MG)	42
ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS: MEMÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA CAMPANHA GAÚCHA (BAGÉ/RS)	43
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSA SENHORA DO CARMO (BAGÉ/RS)	44
E.M.E.F PROFESSOR PERI CORONEL (BAGÉ/ RS)	45
E.M.E.F. DR. TELMO CANDIOTA DA ROSA (BAGÉ/RS)	46
GRUPO ESCOLAR JOAQUIM SARAIVA (1964) (UBERLÂNDIA/MG)	47
ESCOLA MUNICIPAL HILDA LEÃO CARNEIRO CÍVICO-MILITAR (UBERLÂNDIA/MG)	48
COLÉGIO MUNICIPAL DR. ANTENOR LEMOS (MARAÚ/ BA)	49
FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (PELOTAS/RS)	50
COLÉGIO ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL DE ITAJUÍPE (ITAJUÍPE/BA)	51
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DOMINGOS PIMENTEL DE ULHÔA (UBERLÂNDIA/MG)	52
ESCOLA MUNICIPAL PLURIDOCENTE INDÍGENA PAU BRASIL (ARACRUZ/ES)	53
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR JACY DE ASSIS (UBERLÂNDIA/MG)	54



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"

Universidade Federal de Uberlândia

18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JOÃO CID GODOY (MOCOCA/SP).....	55
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO SILVEIRA MARTINS (BAGÉ/RS)	56
EREM GINÁSIO PERNAMBUCANO (RECIFE/PE).....	57
INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO EUSÍNIO LAVIGNE (ILHÉUS/BA).....	58
EEEM DR. CARLOS ANTÔNIO KLUWE (BAGÉ/RS)	59
EMEI DIRETORA MARISTELA GOMES DE SOUZA (UBERLÂNDIA/ MG).....	60
ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (IAÇU/BA).....	61
EMEF DR. JOÃO THIAGO DO PATROCÍNIO (BAGÉ/RS)	62
GRUPO ESCOLAR CASTRO ALVES (MURITIBA/BA).....	63
ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MANGABINHA FILHO (ITABUNA/BA)	64
ESCOLA MUNICIPAL RURAL QUILOMBOLA JOSÉ DE SOUZA JARDIM (ITORORÓ/BA).....	65
ESCOLA MUNICIPAL DE BANCO CENTRAL (ILHÉUS/BA).....	66
EMEI DO BAIRRO GUARANI (UBERLÂNDIA/MG).....	67
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO SILVEIRA MARTINS (BAGÉ/RS)	68
ESCOLA CASIMIRO LUIZ GOMES (CANAVIEIRAS/BA)	69
CENTRO DE EDUCAÇÃO RURAL EURICO QUEIROZ (BEZERROS/PE).....	70
ESCOLA MUNICIPAL BERNARDO JOSÉ FRANCO (ITUIUTABA/MG)	71
ESCOLA MUNICIPAL CONJUNTO CACHOEIRA (ITABUNA/BA)	72
ESCOLA MUNICIPAL GUARDA ANTÔNIO RODRIGUES DO NASCIMENTO UBERLÂNDIA/MG	73
COLÉGIO ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL ALMAKAZIR GALLY GALVÃO (COARACI/BA).....	74
ESCOLA ARTESANAL CORNÉLIO SOARES (SERRA TALHADA/PE)	75
COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA FARAILDES SANTOS (JEQUIÉ/BA)	76
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SHENEIDER CORDEIRO CORREIA (TEIXEIRA DE FREITAS/BA).....	77



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

COLÉGIO ESTADUAL HÉLIO WANDERLEY SOBRAL DE CARVALHO (ITAPORANGA D'AJUDA/SE)

Daniel Luiz Santos Menezes¹



Fonte: arquivo pessoal (2024)

RESUMO

O Colégio Estadual Hélio Wanderley Sobral Carvalho pertence a rede estadual de ensino básico do Estado de Sergipe. A escola está situada no município de Itaporanga d'Ajuda/SE, no endereço Rua Francisco Sobral, s/n, no Bairro Centro, sendo jurisdicionada pela DRE 08 (Diretoria Regional de Educação), cujo mantenedor é o governo de Sergipe, por meio da Secretaria de Estado da Educação. Antes do prédio funcionar como escola, o prédio funcionava como fábrica de casquinha de sorvete. Em 1993 o prédio tornou-se patrimônio público do município, cuja aquisição foi para suprir demandas de escolas de ensino fundamental. Entretanto, somente em 1997 que o prédio começou a funcionar como escola através do Decreto nº16.925/1997/CEE. Em seu ato de criação, a instituição de ensino básico ficou denominada como Escola de 1º Grau Hélio Wanderley Sobral Carvalho. Por sua vez, através da Resolução nº 145/2000 teve sua denominação alterada para Escola Estadual Hélio Wanderley Sobral Carvalho. A partir do Decreto nº 26.484 de 25 de setembro de 2009 ficou denominada por Colégio Estadual Hélio Wanderley Sobral Carvalho. A escola ofertou ensino fundamental desde o seu ato de criação em 1997 até 2020. O ensino médio passou a ser ofertado a partir de 2011 e, a partir de 2021, passou a ofertar EJAEM (Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio). Ademais, oferta, desde 2024, turmas de ProSIC (Programa Sergipe na Idade Certa), cuja iniciativa busca corrigir a distorção idade-série. O procedimento metodológico da pesquisa foi percorrido tanto a partir do Projeto Político Pedagógico do CEHWSC quanto a partir do Portal da Educação da SEED-SE.

REFERÊNCIAS

COLÉGIO ESTADUAL HÉLIO WANDERLEY SOBRAL CARVALHO. **Projeto Político Pedagógico**. Itaporanga d'Ajuda: Colégio Estadual Hélio Wanderley Sobral Carvalho, 2021.

SEED-SE. **Nossas escolas**. Portal da Educação. Disponível em: < <https://educ.se.gov.br/escolas/>>. Acesso em: 07 de julho. 2026.

¹Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz – PPGE/UESC; e-mail: dlsmeneses.ppge@uesc.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

**CENTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE TEMPO INTEGRAL - CETEP
(MEDEIROS NETO/BA)**

Lizete Caires Barros Martins¹



Fachada da escola CETEP de Medeiros Neto Bahia – fonte: @cetepnews

RESUMO

O Centro Territorial de Educação Profissional de Medeiros Neto – Tempo Integral está localizado na Cidade de Medeiros Neto, Bahia, na região do Extremo Sul da Bahia. Esta cidade tem uma população estimada de 22.194 habitantes, conforme dados do IBGE, de 2022. É uma escola de porte especial, que oferta várias modalidades de ensino: Médio Técnico em Administração, Informática e Agropecuária; oferta o ensino Integral, Educação de jovens e Adultos – EJA Tempo Formativo e Educação de Jovens e Adultos Tempo Juvenil. É a única escola que oferta a modalidade de ensino médio no município. O ato de implantação dessa escola foi instituído pela portaria nº 5763/2018, assinada em 05 de julho de 2018 pelo então Secretário de Educação Walter de Freitas Pinheiro. Essa escola possui 02 anexos, um no distrito de Nova Lídice e outro em Itupeva. A implantação do CETEP, como é chamado pelos estudantes, foi fruto de muita mobilização popular dos munícipes, de luta política e dos educadores para que houvesse uma escola que ofertasse o ensino técnico no município, pois havia uma demanda grande para esse fim. Sendo assim, com a união das forças envolvidas, a escola foi implantada, primeiramente, as instalações foram nas margens da BA- 290, próximo a cidade de Medeiros Neto. No ano de 2024, o novo prédio da escola ficou pronto, no bairro Uldurico Pinto, agora na zona urbana da cidade. O CETEP é uma escola da rede estadual da Bahia e oferta a modalidade de Ensino médio, conforme legisla a LDB 9.394/06, onde essa modalidade de ensino é incumbência da rede estadual de ensino ofertar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Senado Federal, 1996.

MEDEIROS NETO. **Projeto Político Pedagógico**. Centro Territorial de Educação Profissional de Medeiros Neto – Tempo Integral, 2026.

IBGE. **Instituto de Geografia e Estatística. Cidades e Estados**. Brasília, DF: IBGE, 2026.

¹ Mestranda em Educação pelo PPGE/UESC. Membro do GRUPPHED/UESC. E-mail: lizete.martins@nova.educacao.ba.gov.br.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

GINÁSIO DE UBATÃ (UBATÃ/BA)

Danilo Moraes Lima¹
Cíntia Borges de Almeida²



Fonte: Ginásio..., 1962 (Acervo pessoal: Renato Cantalino Zaga).

RESUMO

O Ginásio de Ubatã, localizado no município de Ubatã, sul da Bahia, foi criado em 1961 com a implantação do setor local da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), iniciando suas atividades letivas em 1962. A instituição foi organizada por meio da mobilização de lideranças locais e da comunidade, tornando-se referência para a oferta do ensino secundário no município e na região. Durante seu funcionamento, contou com contribuições da população para sua manutenção, até ser estadualizada em 1970, passando a integrar a rede pública de ensino da Bahia. Sua trajetória evidencia a importância da participação comunitária na consolidação da educação secundária em Ubatã, conforme demonstram atas, relatórios, fotografias, documentos escolares e demais registros históricos preservados em acervos institucionais.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO DO COLÉGIO ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL DE UBATÃ. **Atas do Setor Local da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG)**. Ubatã, BA, 1961-1970.

ARQUIVO DO COLÉGIO ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL DE UBATÃ. **Livros de matrícula, diários de classe e documentos escolares**. Ubatã, BA, 1962-1970.

ARQUIVO DO COLÉGIO ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL DE UBATÃ. **Relatórios administrativos do Setor Local da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG)**. Ubatã, BA, 1962-1970.

GINÁSIO DE UBATÃ, 1962. 1962. 1 fotografia. Acervo pessoal: Renato Cantalino Zaga.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz - PPGE/UESC. Membro do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação- GRUPPHED. Bolsista FAPESB. E-mail: danilomoraes-31@hotmail.com

² Professora Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz –UESC, pelo Departamento de Ciências da Educação – DCIE. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação – GRUPPHED- E-mail: cbalmeida@uesc.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LUIZ ROCHA E SILVA (UBERLÂNDIA/MG)

Camila Santana de Souza
Albuquerque¹



Fonte: Escola Municipal Professor Luiz Rocha e Silva. Foto de Arcênio Corrêa/G1

RESUMO

A Escola Municipal Professor Luiz Rocha e Silva, situada na rua Afonso Arinos, 470 – Tubalina, Uberlândia – MG, foi construída no ano de 1992 e inaugurada no dia 13 de novembro do mesmo ano, em resposta ao crescimento populacional e a necessidade do Ensino Fundamental na região. A escola foi criada de acordo com a Lei Municipal nº 5.770 de 01/05/1993 sob autorização de funcionamento dado pelo Parecer CEE/MG nº876/93 e Portaria SEE/MG nº 025/94. Recebeu o nome em homenagem ao Engenheiro Luis Rocha e Silva, nascido em 06/10/1897 na cidade de São Fidelis/RJ. Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, ela oferece as modalidades de ensino: Educação Infantil (1º e 2º Período), Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e Atendimento Educacional Especializado. Desde sua inauguração, a escola passou por diversas equipes gestoras, algumas nomeadas por indicação da Secretaria de Educação, outras por processo de votação popular, e atualmente a escolha de diretores ocorre por meio de avaliação em um processo seletivo, organizado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia. Importante salientar que no ano de 2020, devido a Pandemia COVID – 19 a escola passou a oferecer o ensino remoto, com vídeo aulas, atendimento virtual, e realização de atividades por meio do Plano de Estudos Tutorados (PET). Em 2021 houve o retorno gradual dos alunos, mantendo-se assim o ensino híbrido, presencial e online. A escola tem como objetivo propiciar aos alunos condições de crescer como um ser afetivo, social, inteligente e autônomo, em um espaço acolhedor e adequado às suas necessidades.

REFERÊNCIAS

UBERLÂNDIA. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professor Luiz Rocha e Silva**, 2025.

CORRÊA, Arcênio. **Procedimento não é garantia automática de vaga no próximo ano letivo**. 2023. 1 fotografia. Disponível em: [link](#) Acesso em: 10 jul 2026.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação; Universidade Federal de Uberlândia; Uberlândia – MG; camila.souzaa@ufu.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO (ITABUNA/BA)

Érica Neri Santos de
Oliveira¹ Verônica Alves dos
Santos Conceição²



Fonte: Autoria própria, 2026.

RESUMO

Este resumo apresenta os resultados de uma pesquisa documental e qualitativa, de caráter participativo, realizada a partir do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, localizada em Itabuna, Bahia. Fundada em março de 1968, a unidade atua como importante referência educacional no bairro Califórnia, atendendo a uma comunidade de classe popular caracterizada por vulnerabilidade socioeconômica e arranjos familiares diversos. Historicamente, o prédio passou por sua primeira grande reforma em setembro de 1997, sob gestão estadual. Posteriormente, o marco temporal mais significativo ocorreu em outubro de 2004, quando a escola foi oficialmente municipalizada através da Portaria nº 13.713. No que tange à intencionalidade educacional, a instituição evoluiu no atendimento de diferentes modalidades: operou com seriação de 2005 a 2009; adotou o Ciclo de Formação Humana entre 2010 e 2012; ofertou o Ensino Fundamental I de 2013 a 2014; e, a partir de 2015, especializou-se exclusivamente na Educação Infantil (Creche Parcial e Pré-escola). A fundamentação teórica que norteia as ações práticas assenta-se na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e na Psicologia Histórico-Cultural. Essa base promove o processo de humanização por meio da apropriação do saber sistematizado e do desenvolvimento das funções psíquicas superiores, que atrela as dimensões didática e humana na formação integral dos sujeitos. A visão de futuro da escola estabelece o compromisso de ser reconhecida permanentemente como referência municipal pela excelência dos serviços prestados e pelo desempenho criativo de sua equipe gestora e docente. Conclui-se que a importância da escola reside na superação do imediatismo e na consolidação de uma gestão democrática comprometida com a transformação social.

REFERÊNCIA

ITABUNA. ESCOLA MUNICIPAL MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO. **Projeto Político-Pedagógico**. Itabuna: SME/CME, 2021-2022.

¹ Mestranda/PPGE; Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Ilhéus - Bahia; ensoliveira.ppge@uesc.br.

² Professora Dr^a./PPGE; Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC; Ilhéus - Bahi



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA RURAL IDELFONSO TEIXEIRA ANDRADE (UBAÍRA, BAHIA)

Geisiely Argolo Santos Leal¹



Fonte: Registro da pesquisadora, 2026.

RESUMO

A Escola Rural Ildelfonso Teixeira de Andrade, localizada na área rural denominada de Barra da Estopa, no município de Ubaíra-BA, de acordo com o Projeto Político Pedagógico desta mesma instituição (2016), iniciou-se por volta de 1916, em um modelo de ensino informal, marcado por iniciativas da população para a promoção da educação. Moradores da região, trazem em sua memória uma das primeiras professoras que contribuiu para o início da educação na localidade, a professora Alice Gomes, que chegava à região via trem de ferro para lecionar. As aulas ocorriam em residências de locais até a construção do prédio atual, que ocorreu durante a gestão do prefeito Ivan Eça Menezes, entre os anos de 1983 e 1988, período ainda marcado no município pela criação de instituições de ensino informais, onde o pedido de institucionalização ocorreu apenas em 10 de julho de 1996, com o Requerimento (1996) endereçado a Sr^a Maria Conceição Cunha Resende, gerente da 29^a DIREC do município de Amargosa. A instituição atende alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, sendo a maioria filhos de agricultores da Estopa e das regiões vizinhas.

REFERÊNCIAS

ESCOLA RURAL ILDEFONSO TEIXEIRA DE ANDRADE. **Projeto Político Pedagógico**. Ubaíra: Prefeitura Municipal de Ubaíra; Secretaria Municipal de Educação, 2016.

UBAÍRA. Coordenadoria Municipal de Educação. Serviço de Supervisão. Relatório Ubaíra 1996. Ubaíra: Prefeitura Municipal de Ubaíra, 1996.

¹Geisiely Argolo Santos Leal; Graduanda do curso de licenciatura em pedagogia; Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Ilhéus/Bahia; gasleal.pdg@uesc.br.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

GINÁSIO ESTADUAL OSMÁRIO BATISTA – 1958 - (CANAVIEIRAS/BA)

Damirianis de Souza Cardoso¹
Cristiane Batista da Silva Santos²



Fonte: Jornal Tabu (2008)

RESUMO

O Ginásio Estadual Osmário Batista, localizado em Canavieiras, no sul da Bahia, foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário do município. Sua criação foi oficializada pelo Decreto nº 17.113, de 2 de setembro de 1958, e sua inauguração ocorreu no dia 27 do mesmo mês, resultado das reivindicações da população e dos esforços de uma comissão organizada desde a década de 1930 para viabilizar a implantação do ginásio. As atividades letivas tiveram início em 1959, com a oferta do Curso Pedagógico no turno matutino e do Curso de Contabilidade no turno noturno. Desde sua fundação, o GOB recebeu estudantes de Canavieiras e de municípios vizinhos, como Santa Luzia, Camacan, Pau Brasil, Mascote e Potiraguá. A pesquisa que originou este resumo é de natureza documental e fundamenta-se na compreensão do documento como construção histórica e produção social, conforme Le Goff (1990), e na análise documental proposta por Marson (1984). As fontes foram o decreto de abertura do ginásio e edições do jornal *Tabu*, periódico que circulou em Canavieiras entre 1968 e 2018. A instituição permanece em funcionamento e passou por três fases: Ginásio Estadual Osmário Batista (GOB), Colégio Estadual Osmário Batista (CEOB) e, após a municipalização, em 2016, tornou-se Colégio Municipal Osmário Batista (CMOB), mantendo seu papel na formação educacional de Canavieiras.

REFERÊNCIAS

- JORNAL TABU. Canavieiras, ano 41, n. 763, 1ª quinzena setembro/2008.
- JORNAL TABU. Canavieiras, nº 822, p. 2, 2ª quinzena de setembro de 2011.
- LE GOFF, J. Documento/monumento. In: LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 535-549.
- MARSON, A. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, M. A. (org.). **Repensando a História**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p. 37-64.

¹ Damirianis de Souza Cardoso; Mestre em Educação; Professora da Rede Estadual de Ensino de Ipiaú/Ba e participante do GRUPPHED; E-mail damieducadora@gmail.com

² Cristiane Batista da Silva Santos; Professora Titular do DCIE/PPGE e Doutora em Estudos Étnicos e Africanos; Universidade Estadual de Santa Cruz; Ilhéus/Ba; E-mail cbssantos@uesc.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

GRUPO ESCOLAR DEOLISANO RODRIGUES DE SOUZA (MEDEIROS NETO/BA)

Beatriz Pinheiro Muniz¹



Fonte: Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

RESUMO

O Grupo Escolar Deolisano Rodrigues de Souza foi fundado em 1963, no município de Medeiros Neto, extremo sul da Bahia. O nome da instituição homenageia Deolisano Rodrigues de Souza, deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN). O prédio foi construído pela Comissão Executiva da Rede Escolar da Bahia (CEREB) e, posteriormente, ampliado por meio do convênio entre a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Ministério da Educação (MEC), a *United States Agency for International Development* (USAID) e o Governo do Estado – como consta na legenda da foto –, no âmbito dos acordos de cooperação técnica firmados entre 1964 e 1968. A partir dos anos de 1970, a instituição foi reorganizada como Escola Estadual de 1º Grau e, posteriormente, como Colégio Estadual Deolisano Rodrigues de Souza, atendendo, majoritariamente, o Ensino Médio e o Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Após quase 06 (seis) décadas de funcionamento, a instituição foi extinta em 2019. Atualmente, o prédio se encontra abandonado pelos órgãos de poder público.

REFERÊNCIAS

GOMES, Vinicius Ferreira. **Cirandas da memória**: cantigas de roda e memória coletiva nas aulas de história do ensino fundamental II – Escola Municipal Ieda Alves de Oliveira. 2022. 80 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – ProfHistória, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Grupo Escolar **Deolisano Rodrigues de Souza**: Medeiros Neto, BA. [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo dos Municípios Brasileiros. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=429786>. Acesso em: 25 jul. 2026.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Membro do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação (GRUPPHED/UESC).



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL PROF.^a NOÉCIA VIDAL CAVALCANTE (CANAVIEIRAS/BA)

Julia Victória Santos Silva¹

Eugênia da Silva Pereira²



Fonte: Acervo digital da página oficial da Escola Municipal Professora Noécia Vidal Cavalcante no Facebook.

RESUMO

Localizada no centro do município de Canavieiras (BA), a Escola Municipal Professora Noécia Vidal Cavalcante, foi inaugurada em 6 de março de 1987. A instituição passou a atender estudantes oriundos do Centro Educacional Altamirando de Carvalho Filho, que foi extinto após o início das atividades da nova unidade escolar. Ao longo de sua trajetória, ampliou sua oferta educacional e, atualmente, inclui a Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI) e o Ensino Fundamental I na modalidade de Educação Integral em Tempo Integral. Este estudo é oriundo da pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e foi elaborado por meio da análise documental do Projeto Político Pedagógico, do Regimento Interno da instituição e do Decreto Municipal nº 060/2024, que institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral. A análise documental aponta uma proposta curricular organizada por Áreas do Conhecimento e Campos Integradores, com atividades pedagógicas integradas e contextualizadas, incluindo oficinas, voltadas à formação integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

CANAVIEIRAS (BA). Prefeitura Municipal. **Decreto nº 060/2024, de 06 de maio de 2024: institui a Política de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Canavieiras e dá outras providências.** Canavieiras, BA: Prefeitura Municipal, 2024.

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA NOÉCIA VIDAL CAVALCANTE. Projeto Político-Pedagógico e Regimento Interno: 2015-2017. Canavieiras, BA, 2014.

¹ Graduanda - Licenciatura em História. UESC. Canavieiras, Bahia. jvssilva.his@uesc.br.

² Pedagoga, Doutora em Educação. UESC. Ilhéus, Bahia. espereira@uesc.br.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFESSOR HENRIQUE MORATO (MATÃO/SP)

DINIZ, Carlos Alberto¹

SOUZA CHALоба, Rosa Fátima²



Fachada do Ginásio Estadual de Matão, década de 1950.
FONTE: Acervo da Escola Estadual Prof. Henrique Morato

RESUMO

Criada em 1940 como Ginásio Municipal "Dr. Adhemar de Barros", em Matão (SP), a instituição surgiu em um contexto de limitada oferta de ensino secundário público no interior paulista, constituindo importante conquista educacional local e regional. Entre 1940 e 1965, sucessivas mudanças institucionais acompanharam as políticas de expansão do ensino paulista e a crescente demanda por escolarização. Estadualizada em 1947, incorporou, em 1950, a formação de professores com a criação da Escola Normal. Em 1961, passou a homenagear o professor Henrique Morato e, em 1965, foi elevada a Instituto de Educação, consolidando-se como referência regional na formação docente e na articulação entre os diferentes níveis de ensino.

REFERÊNCIAS

DINIZ, Carlos Alberto. **A educação secundária no interior paulista: estudo histórico sobre o Ginásio Estadual de Matão (1940-1965)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2012.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 9.179, de 13 de dezembro de 1965. Transforma em Instituto de Educação o Colégio Estadual "Prof. Henrique Morato", de Matão. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 dez. 1965.

¹Carlos Alberto Diniz, Doutor em Educação, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS), Matão/SP, carlos.diniz@cps.sp.gov.br.

²Rosa Fátima de Souza Chaloba, Doutora em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Araraquara/SP, rosa.souza@unesp.br.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

LYCEU PROVINCIAL DA BAHIA (SALVADOR/BA)

Sthéfano dos Santos¹



Antigo edifício do Lyceu Provincial da Bahia, Salvador.

Fonte: Biblioteca Virtual Consuelo Pondé/Fundação Pedro Calmon, s.d.

RESUMO

O Lyceu Provincial da Bahia foi uma instituição pública de ensino secundário criada pela Lei Provincial n.º 33, de 9 de março de 1836 e instalada em Salvador em 7 de setembro de 1837. Sua criação buscou centralizar as aulas públicas avulsas da capital, pois a ideia era reunir as aulas em um só estabelecimento (Santos, 2017). Organizado inicialmente com treze cadeiras, um diretor e uma congregação de professores, o Lyceu podia conferir o grau de bacharel em letras. Seu currículo reunia línguas clássicas e modernas, filosofia, retórica, história, geografia, matemática, comércio, desenho, pintura e música, visando a formação humanística e científica e à preparação para o ensino superior e o serviço público. Instalado no antigo Convento da Palma, teve sua trajetória marcada pela Sabinada, pelas reformas de 1841 e 1842, pelo Regulamento Orgânico de 1860 e pelas reorganizações de 1870, 1873 e 1881. Em 1890, foi extinto e substituído pelo Instituto Oficial do Ensino Secundário. Sua história evidencia tanto as disputas entre a autonomia dos professores e a centralização governamental quanto às dificuldades enfrentadas para consolidar o ensino secundário público na Bahia oitocentista.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Diário Oficial do Estado da Bahia**: edição especial do centenário. Salvador, 2 jul. 1923, p. 325-334.

NAZARETH, Elias de Figueiredo. **Lyceu Provincial da Bahia**. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, n. 40, p. 53-104, 1914.

SANTOS, Alex Sandro Salvador dos. **Educação, política e sociedade na Bahia do século XIX: o Liceu Provincial da Bahia entre 1836 e 1870**. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

¹Sthéfano dos Santos, doutorando em História pela Universidade de Brasília, Brasília, DF. e-mail: xrsthefano@hotmail.com



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA ESTADUAL CORONEL JOSÉ TEÓFILO CARNEIRO (UBERLÂNDIA/MG)

Melissa Miranda Machado¹



Imagem que representa a fachada da Escola Estadual Coronel José Teófilo Carneiro.

Fonte: <https://cordeirodefreitas.wordpress.com/lugares-inesqueciveis/grupo-escolar-coronel-jose-teofilo-carneiro-uberlandia-mg/>

RESUMO

A história da Escola Estadual Coronel José Teófilo Carneiro insere-se no processo de constituição e consolidação da escola pública em Uberlândia, Minas Gerais, articulando memória, patrimônio e escolarização. Fundada em 1910, a instituição integra o conjunto das escolas públicas que marcaram a expansão da instrução primária no município, tornando-se referência educacional para diferentes gerações de estudantes. Ao longo de sua trajetória, consolidou-se como espaço de formação escolar, convivência comunitária e produção de memórias, preservando elementos materiais e simbólicos que a vinculam à história da educação local. Destaca-se, nesse percurso, o fato de o prédio escolar ser reconhecido como patrimônio histórico da cidade, mantendo sua arquitetura original e reafirmando seu valor cultural para a comunidade uberlandense. A análise de sua trajetória, com base em pesquisa documental realizada a partir do Regimento Escolar de 2025, evidencia a permanência da escola como instituição pública comprometida com a formação integral dos estudantes, a organização do trabalho pedagógico e a garantia do direito à educação. O documento explicita a oferta dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como princípios voltados à alfabetização, ao letramento, ao acompanhamento das aprendizagens e à inclusão escolar. Também reafirma a função social da escola ao assegurar o acesso, a permanência e o percurso escolar dos estudantes público da educação especial. Assim, a Escola Estadual Coronel José Teófilo Carneiro se afirma como patrimônio material e imaterial de Uberlândia e como testemunho da trajetória da educação pública mineira e brasileira.

REFERÊNCIAS

ESCOLA ESTADUAL CORONEL JOSÉ TEÓFILO CARNEIRO. **Regimento Escolar 2025**. Uberlândia, MG, 2025.

MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de Minas Gerais**, legislação e normativas da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais referentes à organização da educação básica e da educação especial.

¹ Professora da rede de Educação Básica em Uberlândia-MG. E-mail: 3melissamm85@gmail.com.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA ESTADUAL SEGISMUNDO PEREIRA (UBERLÂNDIA/MINAS GERAIS)

Lorrayne Alves Rocha¹
Michele Ferreira da Silva²



Figura 1 - Fachada da Escola Estadual Segismundo Pereira.
Fonte: fotografia de autoria própria, acervo pessoal de Lorrayne Alves (2026).

RESUMO

A Escola Estadual Segismundo Pereira, localizada no bairro Santa Mônica, em Uberlândia, Minas Gerais, integra o processo de expansão da educação pública mineira na segunda metade do século XX. A instituição recebeu oficialmente a denominação “Segismundo Pereira” por meio da Lei Estadual nº 6.609, de 14 de julho de 1975, que nomeou a então Escola Estadual de 1º Grau do Bairro Vila Santa Mônica. Em 1985, o Decreto nº 24.389 criou o ensino de 2º grau na escola, ampliando sua atuação e o atendimento à comunidade local. A pesquisa que originou este resumo é documental e baseia-se na análise da legislação estadual e de fontes oficiais relacionadas à trajetória da instituição. Esses documentos permitem compreender a escola como espaço de formação cidadã, democratização do acesso à educação básica e desenvolvimento social. Ao longo de sua história, a instituição consolidou-se como referência para os moradores do bairro Santa Mônica e regiões próximas, acompanhando as transformações educacionais e urbanas de Uberlândia. Sua trajetória evidencia a relevância das escolas públicas na construção da memória educacional brasileira e contribui para a cartografia nacional proposta pelo Portal do Bicentário da Lei Geral de Instrução Pública (1827-2027).

REFERÊNCIAS

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Lei nº 6.609, de 14 de julho de 1975**. Dá a denominação de “Segismundo Pereira” à Escola Estadual de 1º Grau do Bairro Vila Santa Mônica, em Uberlândia.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Decreto nº 24.389, de 22 de março de 1985**. Cria o ensino de 2º grau na Escola Estadual Segismundo Pereira.

¹ Lorrayne Alves Rocha; graduanda em Pedagogia; Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Uberlândia/MG; E-mail: lorrynealves715@gmail.com.

² Michele Ferreira da Silva; graduada em Administração e graduanda em Pedagogia; Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Uberlândia/MG; michele_silva4@hotmail.com



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

**ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA PACHECO REZENDE
(UBERLÂNDIA/MG)**

Cristina Soares Fonseca de Freitas¹

Fernanda Cavalheiro Zecchinelli²



Fonte: <https://surl.li/qyeauz>. Créditos: Samuel
Morais de Oliveira.

RESUMO

A Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Maria Pacheco Rezende surgiu em 1996 sob a denominação de Módulo de Educação Infantil (MEI) Maria Pacheco Rezende. Inicialmente, atendia crianças de quatro meses a seis anos de idade em período integral. Em 1998, passou a denominar-se Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), acompanhando a reorganização da Educação Infantil no município. Ao longo de sua trajetória, a instituição ampliou sua estrutura física e atualizou sua proposta pedagógica em consonância com os principais documentos curriculares. Desde sua criação, a escola fundamenta sua proposta pedagógica na compreensão de que educar e cuidar constituem dimensões indissociáveis da Educação Infantil e, portanto, possui como eixos estruturantes Brincadeiras e Interações (Uberlândia, 2020). Nessa perspectiva, “os bebês e as crianças pequenas são compreendidos como sujeitos históricos” (Uberlândia, 2020, p. 59-60). Desse modo, a proposta pedagógica da EMEI Maria Pacheco Rezende dialoga com a perspectiva freireana de educação, ao compreender a criança como sujeito ativo do processo educativo (Freire, 1996). Assim, a trajetória da instituição evidencia o compromisso com uma educação pública de qualidade, orientada pelo desenvolvimento integral das crianças, pelo planejamento pedagógico e pela valorização das brincadeiras e das interações como eixos estruturantes da Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

EMEI MARIA PACHECO REZENDE. **Projeto Político-Pedagógico (PPP)**. Uberlândia: EMEI Maria Pacheco Rezende, 2026.

UBERLÂNDIA. **Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia: Educação Infantil**. Uberlândia: Secretaria Municipal de Educação, 2020. Disponível em: [Portal da Prefeitura de Uberlândia – Diretrizes Curriculares Municipais](#). Acesso em: 7 jul. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

¹ Mestranda do programa de Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE/UFU); Uberlândia/MG; cristina.freitas@ufu.br

² Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED/UFU); Uberlândia/MG; fernanda.zecchinelli@ufu.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

COLÉGIO ESTADUAL VALDELICE SOARES PINHEIRO (ITABUNA/BA)

Cleudes Pereira Santana¹

Cristiane Batista da Silva Santos²



Fonte: acervo da escola

RESUMO

O Colégio Estadual de Tempo Integral Valdelice Soares Pinheiro está localizado no município de Itabuna, Sul da Bahia, que possui uma população estimada em aproximadamente 186 mil habitantes (IBGE, 2025). À luz dos estudos sobre cultura escolar (JULIA, 2001), este resumo resulta de pesquisa documental desenvolvida a partir da análise do Projeto Político-Pedagógico da instituição, de atos normativos da Rede Estadual de Ensino da Bahia, de documentos administrativos e de dados do IBGE. A escola foi criada em 1972 com a denominação de Colégio Estadual Presidente Médici, integrando o processo de expansão da rede pública estadual de ensino secundário na Bahia. Ao longo de sua trajetória, consolidou-se como importante espaço de formação para estudantes de Itabuna e municípios vizinhos, acompanhando as transformações das políticas educacionais brasileiras. Em 2018, passou a denominar-se Colégio Estadual Valdelice Soares Pinheiro, em homenagem à educadora, filósofa e escritora baiana Valdelice Soares Pinheiro, cuja atuação marcou a educação superior e a produção intelectual no Sul da Bahia. Posteriormente, com a implementação da política estadual de Educação em Tempo Integral, a instituição assumiu sua atual configuração como Colégio Estadual de Tempo Integral Valdelice Soares Pinheiro, ampliando sua proposta formativa e reafirmando seu compromisso com uma educação pública, democrática e socialmente referenciada. Sua trajetória evidencia as permanências e transformações da cultura escolar, articulando memória institucional, políticas públicas e formação cidadã.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, 1996. Acesso: 10/07/2026.
- COLÉGIO ESTADUAL VALDELICE SOARES PINHEIRO. Projeto Político-Pedagógico. Itabuna, BA, 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. Brasília, DF: IBGE, 2025. Acesso: 10/07/2026.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação, n. 1, p. 9-43, 2001.

¹ Cleudes Pereira Santana; Pedagoga, Psicopedagoga, Especialista em EJA e Coordenação Pedagógica, Mestranda PPGE/Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Itabuna/Bahia.
E-mail: u.cleudessantana@gmail.com

² Cristiane Batista da Silva Santos; Profª Draª, PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, E-mail: cbssantos@uesc.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL NÍSIA VILELA FERNANDES - 1965-2008 (CAXIAS- RJ)

Pamela Oliveira dos Santos¹

Fabiana Garcia Munhoz²



Fonte: <https://www.museuvivodosao Bento.com.br/>. Acesso em: 8 de out de 2025

RESUMO

O presente trabalho investiga as relações entre a história da instituição, da rede municipal de Duque de Caxias-RJ, e a história do território onde está inserida, entre 1965 e 2008. Trata-se da Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes, no bairro do São Bento. A área fazia parte da antiga Fazenda São Bento e, em 1932, tornou-se um Núcleo Colonial, a partir do desmembramento da fazenda em lotes rurais (Souza, 2014). O núcleo foi extinto em 1961 e a pequena escola, fundada em 1965, para atender alunos do antigo ensino primário. Seu nome é uma homenagem a uma professora que lecionava no local. Em agosto de 2003, a escola foi transferida para um novo prédio e sua estrutura ampliada. Para acessar a história da instituição, mobilizamos como fontes, jornais, documentos da Secretaria Municipal de Educação e a história oral, por meio de entrevistas com a comunidade escolar. A pesquisa faz interlocução com estudos sobre a história da Baixada Fluminense (Souza, 2014) e da história da educação local (Bezerra, Borges e Pinheiro, 2021). A análise se desdobra em torno das memórias de sujeitos que passaram pela escola e pelo bairro e problematiza, dialogando com Pierre Nora (1993).

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Amália Dias; BORGES, Angélica; PINHEIRO, Marcos C O. Grande Sertão Baixada e as veredas da historiografia da educação local. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 29-58, set./dez. 2021.
- SOUZA, Marlúcia S de. **Escavando o passado da cidade**: história política da cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2014.
- NORA, Pierre; KHOURYAUN. T. Y. 2012. **Entre Memória e História**: A problemática dos lugares. Revista do programa de estudos Pós Graduação, v.10 (1993), jul/dez. São Paulo.

¹ Graduanda em Pedagogia (FEBF/ UERJ) Duque de Caxias/RJ; e-mail pamelaoliveira2626@gmail.com.

² Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense; Duque de Caxias/RJ; E-mail fgmunhoz@gmail.com.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA ESTADUAL MARCOLINO DE BARROS (PATOS DE MINAS/MG)

Kauany Soares Mota¹



Fotografia da Escola Estadual Marcolino de Barros em 1933. Retirado do site *Efeca De Patos*. A cópia original da fotografia consta no arquivo da Fundação da Casa da Cultura do Milho, em Patos de Minas-MG.

RESUMO

Os grupos escolares, na Primeira República (1889-1930), foram instituições destinadas ao ensino primário das crianças, propondo um ensino racionalmente organizado - isto é, separado em séries/níveis escolares. Foram instituições defendidas e propagadas como capazes de “reinventar a escola, tornando mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade” (Lopes, 2007, p. 125) responsáveis por formular o progresso, cidadãos e a identidade cívico-patriótica para o Brasil republicano. Seguindo essa perspectiva e expectativas postas aos grupos escolares, com a promulgação da Lei nº 439 de 1906 que autorizava o governo a reformar o ensino primário, normal e superior e propunha a criação de grupos escolares em Minas Gerais, a elite e imprensa de Patos de Minas, iniciaram os esforços em prol da instrução popular e construção do primeiro grupo escolar da cidade em 1907. O pedido só foi atendido em 23 de dezembro de 1913, com a promulgação do Decreto nº. 4.065 que cria o Grupo Escolar de Patos. Entretanto, o Grupo só foi instalado em 04 de junho de 1917 com a inauguração de seu primeiro edifício. Em 1918, o Grupo Escolar de Patos passou a se chamar Grupo Escolar Marcolino de Barros e hoje dá lugar à Escola Estadual Marcolino de Barros, que completa seus 119 anos de educação pública em Patos de Minas em 2026.

REFERÊNCIAS

FARIA, Rosicléia Aparecida Lopes. **Da educação moderna à formação do cidadão republicano: implantação da escola pública em Patos de Minas, MG (Grupo Escolar Marcolino de Barros, 1913-1928)**. 2007. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.

MOTA, Kauany Soares. **A institucionalização da educação cívica em Minas Gerais da Primeira República**. 2026. 157f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2026.

Termo de Instalação do Grupo Escolar de Patos, G. E. Marcolino de Barros, jun., 1917.

¹ Kauany Soares Mota, Mestre em História; Universidade Federal de Uberlândia; Uberlândia - MG; kauanymota@gmail.com.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS (GUANAMBI/ BA)

Sabrina Maria da Silva Novaes¹

Joseni Pereira Meira Reis²



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2025.

RESUMO

Inaugurada em 10 de novembro de 1938, no contexto do Estado Novo, a Escola Getúlio Vargas (inicialmente denominada Escolas Reunidas Getúlio Vargas) localiza-se estrategicamente no centro de Guanambi-BA. Considerada o primeiro grupo escolar do município com sede própria, a instituição consolida-se como um marco na história educacional da cidade e da região. Este estudo, desenvolvido no âmbito da Iniciação Científica (Edital nº 013/2024), insere-se no campo da História da Educação e das Instituições Escolares, fundamentando-se nas contribuições teóricas de Gatti Júnior e Gatti (2015) e Alves (2019). A pesquisa mobilizou um corpus documental diversificado, incluindo atas, diários de classe da década de 1970, fotografias, acervos pessoais e entrevistas com ex-docentes e ex-discentes. Os resultados evidenciam o papel central da instituição no processo de escolarização regional, com amplo reconhecimento comunitário devido às práticas pedagógicas inovadoras para a época. A trajetória da escola preserva memórias e valores que atravessaram diferentes contextos políticos da educação brasileira, reafirmando, por fim, a relevância da preservação dos arquivos escolares como patrimônio histórico-cultural.

REFERÊNCIAS

ALVES, Tatiane Malheiros. **A Escola Getúlio Vargas em Guanambi:** quadro social de referência da memória e da linguagem política. 2019. 180f. Tese – UESB, Vitória da Conquista-BA, 2019.
GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. **Revista Educativa-Revista de Educação**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 327-359, 2015.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII. Guanambi/BA. E-mail: sabrinaped2021@gmail.com.

² Professora adjunta da UNEB, Campus XII, atua na Graduação e na Pós-Graduação (PPGEDUF). Guanambi/BA. E-mail: jpreis@uneb.br.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO (SALVADOR/BA)

Letícia Alves André¹
Marcelo Gomes da Silva²



Fonte: Blog Modos de Fazer a Educação na Bahia, 2021.

RESUMO

Inaugurado em 1905, o Grupo Escolar Rio Branco (antes Grupo Escolar da Penha) se constituiu como o primeiro grupo escolar do Estado da Bahia. Localizado na área conhecida como Penha/Itapagipe, em Salvador-Bahia, a instituição se configurou como marco inicial na Bahia para a renovação educacional pretendida na recente República. Dentre os sujeitos que marcaram a trajetória da escola, destaca-se a atuação do professor Cincinnato Franca, que já em 1919 foi homenageado em virtude dos seus 34 anos dedicados à infância baiana (Bahia Ilustrada, Ed. 0018, 1919, p. 1). Somente entre 1912 e 1913 passa a se chamar Grupo Escolar Rio Branco, que, segundo Monteiro (2016), essa ação deve estar relacionada a uma prática comum no período republicano de renomear escolas com nomes de figuras políticas. Em 1929, o prédio passou por uma reforma estrutural devido às condições anteriores não atenderem aos preceitos modernos. A instituição passou por diversas mudanças de estrutura, organização e funcionamento, mas atualmente o espaço abriga o Colégio da Polícia Militar João Florêncio Gomes, no bairro conhecido como Ribeira.

REFERÊNCIAS

Homenagem dos alunos no grupo escolar Rio Branco ao seu mestre Cincinnato Franca. Bahia Ilustrada (BA), Ed. 0018, p.1, 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/066940/1165>. Acesso: 15 jul. 2026.

MONTEIRO, C. P. dos S. Para uma história dos grupos escolares na Bahia: a trajetória do Grupo Escolar Rio Branco (1905/1929). 142f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

MONTEIRO, C. P. dos S. Grupos escolares: Um modelo de escola primária ainda carente de estudos na Bahia. Blog Modos de Fazer a Educação na Bahia. Disponível em: <https://modosdefazer.org/2021/09/19/9720/>. Acesso: 15 jul. 2026.

¹ Letícia Alves André; Mestranda em Educação (PPGE/UESC), Licenciada em Pedagogia (UESC), Integrante GRUPPHED/UESC; Universidade Estadual de Santa Cruz; Ilhéus/Bahia; laandre.ppge@uesc.br.

² Marcelo Gomes da Silva; Doutor em Educação (UFF), Professor Adjunto (DCIE/UESC), Coordenador GRUPPHED/UESC; Universidade Estadual de Santa Cruz; Ilhéus/Bahia; mgsilva@uesc.br.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS DE UBERLÂNDIA (UBERLÂNDIA/ MG)

Sarah Londe Pessoa¹



Fonte: Arquivo Permanente do CESU

O presente resumo é derivado da pesquisa de mestrado sobre o Centro de Estudos Supletivos de Uberlândia (CESU), criado em 1977 no contexto de transição da ditadura militar brasileira para a redemocratização e amparado pela Lei nº 5.692/1971. O CESU visava suprir a defasagem escolar de jovens e adultos por meio de modelo modular e semipresencial, com financiamento tripartite da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Apesar de sua gênese tecnicista e utilitarista, voltada à rápida formação de mão de obra, o CESU transformou-se sob influência da educação popular, adaptando as diretrizes federais à realidade local e constituindo-se como espaço de resistência e inclusão social. Essa transformação expressou-se na criação da Biblioteca Judith Moreira Torres (1981), na consolidação estadual pela Resolução nº 363 (1987) e na autonomia avaliativa alcançada em 1994, quando a unidade passou a operar como Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC), denominação que preserva até o presente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências., Brasília, DF, 11 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 06 jul. 2026.
- FARIAS, H. V.; IRELAND, T. D.; SILVA, E. J. L. D. **Dos Centros de Estudos Supletivos Aos Cursos Semipresenciais: trajetória de uma proposta de escolarização para jovens e adultos no Brasil.** Revista Educare, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 164-193, jul./dez. 2019. ISSN 2527-1083.
- MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 363, de 22 de outubro de 1987.** Dispõe sobre o Ensino Supletivo no sistema estadual de ensino.
- RESENDE, M. J. C. M. D. **O ensino de história e da cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais: um estudo na educação de jovens e adultos (CESEC, Uberlândia, MG, Brasil).** Dissertação (Mestrado Profissional em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 175. 2022.

¹ Sarah Londe Pessoa; Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU); Uberlândia/MG; E-mail: sarah.pessoa@ufu.br.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - (ITUIUTABA/MG)

Vinicius Nunes de Almeida¹

Sauloéber Tarsio de Souza²



Visão frontal da fachada da Portaria. Fonte: Acervo institucional do IFTM Campus Ituiutaba.

RESUMO

O IFTM Campus Ituiutaba é uma instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada pela Lei nº 11.892/2008, inaugurada oficialmente em 08 de março de 2010, com a missão de ofertar educação profissional e tecnológica por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Este resumo apresenta uma pesquisa em andamento, que busca investigar a construção da identidade institucional do campus, considerando seu processo de implantação e as políticas de expansão da Rede Federal no interior de Minas Gerais, no período de 2008 a 2014. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa de caráter histórico-documental, fundamentada na análise crítica de legislação educacional, documentos institucionais (PDI, regimento e registros administrativos), revisão da literatura especializada e de fontes históricas, buscando reconstituir o processo de implantação e consolidação do campus, sob a perspectiva dos estudos sobre instituições escolares e da história da educação profissional.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO (IFTM). **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2009-2013**. Uberaba, MG: IFTM, 2009. Disponível em: <https://iftm.edu.br/pdi/documentos/2009-2013/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: porque e como pesquisar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

¹ Vinicius Nunes de Almeida; Mestrando em Educação Básica pela UFU; Ituiutaba/MG; viniciusalmeidaib@gmail.com

² Sauloéber Tarsio de Souza; Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas/São Paulo. Professor Titular da UFU; Uberlândia/MG; sauloeber@gmail.com



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

GINÁSIO PERNAMBUCANO (RECIFE/PE)

Francisca Juscizete Queiroz de Lima¹

Jorge Alexandre Martinho²



Ginásio Pernambucano - Imagem Wikimedia Commons.

O presente trabalho apresenta uma imersão na pesquisa sobre o bicentenário do Ginásio Pernambucano, destacando a participação de estudantes e monitores do Museu de História Natural Louis Jacques Brunet, que integra a escola desde 1855. O Ginásio Pernambucano é um Patrimônio Histórico Nacional, tombado em 1984 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O objetivo principal deste estudo foi investigar a história da instituição por meio de edições digitalizadas do jornal *Diário de Pernambuco* relativas ao século XIX. Fundada em 1825 sob a denominação de Lyceu Provincial de Pernambuco, a escola implementou uma proposta de educação escolarizada avançada para a época, período em que o ensino predominantemente ocorria no âmbito domiciliar (Montenegro, 1979). Devido a esse pioneirismo, o Ginásio Pernambucano é reconhecido como a escola pública mais antiga em atividade no Brasil. Com o intuito de desenvolver um conteúdo que articulasse o bicentenário da instituição ao acervo do Museu, os estudantes revisitaram as coleções e foi selecionada uma moeda de prata de 500 Réis, datada de 1866, que integra a coleção de numismática e registra o ano em que a escola passou a funcionar no edifício da Rua da Aurora. A partir desse achado, delineou-se uma metodologia de pesquisa documental e de campo, realizada em formatos presencial e virtual. Foram consultados os acervos digitais da BNDigital (Fundação Biblioteca Nacional), além do CDOC e da Vila Digital (Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco).

REFERÊNCIAS

MONTENEGRO, Olívio. **Memórias do Ginásio Pernambucano**. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1979. IPHAN. Boletim SPHAN, n. 29. Referente ao tombamento do Ginásio Pernambucano. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Hemeroteca Digital Brasileira: exemplares digitalizados do Diário de Pernambuco.

FUNDAJ. Acervo Villa Digital. Coleção Iconográfica: Ginásio Pernambucano.

¹ Doutoranda em História da Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Pernambuco-PPGE/UPE. Coordenadora do Museu de História Natural Louis Jacques Brunet.

² Graduando no curso de Licenciatura em História pela Universidade Rural de Pernambuco – UFR



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL DE INEMA (ILHÉUS/BA)

Helen Freitas Ferraz de Oliveira



Fonte: Perfil oficial da Escola Municipal de Inema no Instagram.

RESUMO

A Escola Municipal de Inema está localizada no distrito de Inema, zona rural de Ilhéus (BA), reconhecido pelo Documento Curricular Referencial de Ilhéus (DCRI, 2021) como um dos dez distritos rurais do município, cuja proposta educacional valoriza os territórios, as identidades socioculturais e as especificidades das comunidades do campo. A escola é o lócus de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGE/UESC), com recorte voltado à caracterização histórica da instituição. A pesquisa adota abordagem qualitativa e documental, fundamentada em Arroyo e Fernandes (1999) e Caldart *et al.* (2012), tendo como fontes o DCRI e bases cadastrais de dados abertos. O levantamento localizou registro de CNPJ da escola desde 19 de junho de 1995 (Econodata), o que situa sua existência no recorte de escolas fundadas após 1827, proposto pelo evento. Não foram localizados, porém, documentos da Secretaria Municipal de Educação de Ilhéus que oficializem sua data de fundação, o que evidencia uma lacuna no registro da memória das escolas do campo no município. O estudo contribui para ampliar o conhecimento sobre a história da escola pública rural em Ilhéus e para reforçar a importância da preservação da memória das instituições escolares.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999

CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. RJ/SP: EPSJV/Expressão Popular, 2012.

ECONODATA. **Escola Municipal de Inema**. Disponível em: <<https://www.econodata.com.br/>>. Acesso em 25 jul. 2026

ILHÉUS. Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer. **Documento Curricular Referencial de Ilhéus**. Ilhéus, BA, 2021.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Alex Medeiros de Carvalho¹

Éderson de Oliveira Passos²



Entrada principal do CAP/UFU. Souza, 2026 (Portal Comunida UFU). Disponível em:

<<https://comunica.ufu.br/noticias/2026/06/eseba-passa-se-chamar-colegio-de-aplicacao-da-universidade-federal-de-uberlandia>>. Acesso em 14 jul. 2026

RESUMO

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (CAp/UFU), em 2027, completará 50 anos. A instituição tem sua origem antes do marco de federalização da UFU; seu primeiro nome era Escola Pré-fundamental Nossa Casinha, cujo objetivo era a oferta de benefício escolar para crianças de servidores e servidoras da então Universidade de Uberlândia (UnU). A faixa etária atendida nessa época era de 2 a 6 anos e, atualmente, são atendidas crianças a partir do 1º período da Educação Infantil, com 4 anos, até adolescentes no 9º ano do Ensino Fundamental. Outra mudança significativa para a Universidade e para a sociedade de Uberlândia é a forma de ingresso no CAp/UFU, em 1988 foi implementado o sorteio público, com Edital de Sorteio publicado anualmente. Desde 2019, são ofertadas 60 vagas para o 1º período da Educação Infantil, sendo 30 vagas para ampla concorrência e 30 vagas para cotas (perfil socioeconômico; negros, pretos, pardos e indígenas; pessoa com deficiência; e refugiados). O CAp/UFU é referência em ensino, pesquisa, extensão e inovação para a Universidade, para os outros Colégios de Aplicação e para a cidade de Uberlândia. Essa conquista se dá pelo empenho dos docentes, técnicos e discentes no desenvolvimento das atividades acadêmicas regulares, de pesquisas científicas e da recepção e contribuição na formação de docentes em formação, provenientes da graduação, seja da UFU, seja de outras instituições.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portal Eseba**. Colégio de Aplicação – Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://eseba.ufu.br/unidades/unidade-academica/eseba>. Acesso em: 14 jul. 2026.

¹ Alex Medeiro de Carvalho; Dr. em Educação; CAp/UFU; Uberlândia/MG; alex.carvalho@ufu.br

² Éderson de Oliveira Passos; Me. em Educação; CAp/UFU; Uberlândia/MG; passos@ufu.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

GRUPO ESCOLAR URSULA CATHARINO (SALVADOR/BA)

Raquel Freire Bonfim¹
Cíntia Borges de Almeida²



Fonte: A inauguração..., 1929, p. 19.

RESUMO

O Grupo Escolar Ursula Catharino foi fundado em 1929, em Salvador, a partir da doação de um imóvel pessoal do Comendador Bernardo Martins Catharino ao governo (Bahia, 1929). Além do prédio, o comendador doou o primeiro mobiliário escolar que compôs a instituição, assumindo os custos da adaptação do imóvel para a sua nova função. O nome dado à escola foi o da sua falecida esposa, à qual se atribui o designativo de professora, algumas vezes, e, em outras, de “mãe dos pobres”, pela obra assistencial na qual se envolveu (Instrução..., 1922, p. 34; A inauguração..., 1929). A instituição nunca foi extinta e existe, atualmente, como Colégio Estadual Úrsula Catharino, localizado no bairro Dois de Julho (COLÉGIO ESTADUAL URSULA CATHARINO, s.d.).

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr Vital Henriques Baptista Soares à Assembléa Geral Legislativa.** Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1930.

INSTRUÇÃO e Trabalho. **Renascença**, Bahia, Anno VII, n. 99, dez. 1922.

A INAUGURAÇÃO do Grupo Escolar D. Úrsula Catharino. **Renascença**, Bahia, n. 175, p. 19, out. 1929.

COLEGIO ESTADUAL URSULA CATHARINO. Histórico. **Blog CEUC**, s.d. Disponível em: <https://ursulacatharino.wordpress.com/historico/>. Acesso em: 08 jul. 2026.

¹ Doutoranda em Educação (PGEDU/UFBA); Integrante do GRUPPHED/UESC. E-mail: raquelfreire31@gmail.com

² Doutora em Educação; docente do Departamento de Ciências da Educação (PPGE/DCIE/UESC); coordenadora do GRUPPHED/UESC. E-mail: cbalmeida@uesc.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

CENTRO EDUCACIONAL MANOEL MUNIZ DE OLIVEIRA (BARRA DO ROCHA/BA)

Maria Jovina dos S.F.S de Jesus¹

Cristiane Batista da. S. Santos²



Prédio escolar onde foi instalado o CEMMO, ano de 1970

Fonte: Arquivo pessoal de Valdinete Afra Bulhões

RESUMO

O Centro Educacional Manoel Muniz de Oliveira - CEMMO é um verdadeiro patrimônio do município de Barra do Rocha. Foi inaugurado no ano de 1970. Nesse período, o prédio foi construído na rua Otávio Mangabeira, sob a direção do professor Carlos Borges Sousa Júnior. A infraestrutura da escola consistia em três salas de aula, que atendiam da 1ª à 2ª série do ginásio; o ingresso na unidade escolar era realizado mediante um Exame de Admissão ao Ginásio. Alguns anos depois, o CEMMO transferiu-se para o seu atual endereço na rua Maria Oliveira Bitencourt, com o objetivo de atender à demanda municipal e das cidades circunvizinhas. Em sua infraestrutura possui: salas, banheiros, laboratório de informática, biblioteca, auditório, cozinha e quadra esportiva. No ano de 1995 até 1998, a unidade contou com o curso Técnico de Contabilidade; em 2001, o curso de Formação para o Magistério chegou ao fim na unidade escolar. No ano de 2002, foi implementada a formação geral básica, e atualmente a escola atende os estudantes do Ensino Fundamental II, nos turnos matutino e vespertino, e, no período noturno, a Educação de Jovens e Adultos, contando com um número estimado de 300 matrículas, sob a direção do professor José Domingos Dias.

REFERÊNCIAS

BULHÕES, Valdinete Afra Santos. Barra do Rocha: **Fragmentos de sua História**. Barra do Rocha, 2011, em fase de elaboração.

BARRA DO ROCHA. Secretaria Municipal de Educação. Centro Educacional Manoel Muniz de Oliveira (CEMMO). **Projeto Político Pedagógico**. Barra do Rocha, BA, 2023.

¹ Maria Jovina dos S.F.S. de Jesus; Mestranda pelo PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz; Bolsista FAPESB; Ilhéus/BA; E-mail: mjsfsjesus.ppge@uesc.br

² Cristiane Batista da.S.Santos; Professora Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/BA. E-mail: cbssantos@uesc.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

GRUPO ESCOLAR RURAL LUIZA GUERRA (CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE)

Silvano Ramos Santana¹

Virgínia Pereira da Silva de Ávila²



Fonte: Grupo Escolar Rural Luíza Guerra (1952) – Arquivo da instituição

RESUMO

Este trabalho insere-se no campo da História da Educação e apresenta o antigo Grupo Escolar Rural Luísa Guerra, situado no município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. Fundada em 2 de outubro de 1952 e em funcionamento desde fevereiro de 1953, a instituição acompanhou as transformações da educação pública, ampliando sua oferta de ensino ao longo das décadas. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza histórico-documental, fundamenta-se na análise de documentos administrativos e pedagógicos, livros de matrícula, atas, fotografias, legislações educacionais e acervos públicos e escolares. Esses registros são compreendidos como fontes capazes de revelar não apenas a organização e o funcionamento da instituição, mas também os processos de permanência e transformação da cultura escolar ao longo do tempo. Em diálogo com Souza (2014), Ávila (2013), Escolano (2017), Almeida (2023) e Magalhães (2004), os resultados evidenciam que o acervo documental do Grupo Escolar Rural Luísa Guerra constitui um patrimônio educativo de significativo valor histórico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Narrativas docentes e memória escolar**: experiências e formação da cultura institucional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952)**: uma abordagem comparada. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura**: experiência, memória e patrimônio educativo. Campinas: Alínea, 2017.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da escola primária no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2014.

¹ Silvano Ramos Santana; Mestre em Educação; UPE; Cabo de Santo Agostinho/PE; E-mail: silvano.ramoss@upe.br

² Virgínia Pereira da Silva de Ávila; Doutora em Educação; UPE; Garanhuns/PE; E-mail: virginia.avila@upe.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

GRUPO ESCOLAR PADRE DANTAS – 1935 - 1965 (MARUIM/SE)

Marília Marques Cruz Silva Accioly¹

João Paulo Gama Oliveira²



FONTE: Acervo particular da professora Maria Lúcia Marques

RESUMO

O Grupo Escolar Padre Dantas (GEPD) existiu na cidade de Maruim/Sergipe, no período de 1935 a 1965. O prédio onde funcionava o GEPD era a residência do industrial e ex-intendente de Maruim, Gaspar Leal, e foi adquirido em agosto de 1934, e adaptado para ser uma escola, pelo Governo do Estado de Sergipe. A escola foi criada pelo Interventor Augusto Maynard Gomes (1930-1935), conforme Decreto nº 280, de 18 de fevereiro de 1935, e teve suas atividades iniciadas em 04 de março de 1935. O prédio que abrigou o grupo foi demolido na década de 1970, pois sua estrutura física estava bastante comprometida. Foi uma importante instituição de ensino primário para o Estado, nos anos iniciais do século XX. A instalação de uma escola primária pública, em um prédio imponente, visava estabelecer relações entre arquitetura e práticas educativas, com o intuito de dar visibilidade à cultura escolar que se instaurou no país após a Proclamação da República, com a instituição do ensino seriado. O texto dialoga com alguns autores da historiografia educacional brasileira e sergipana: Souza (1998) e Saviani (2004), com estudos sobre os grupos escolares no Brasil, e Silva (2020), que retrata a história da cidade de Maruim/SE. Para o estudo dessa escola, utilizou-se fontes impressas e iconográficas, constantes nos acervos públicos e privados, bem como depoimentos pessoais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D. ALMEIDA, Jane de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Inventário Cultural de Maruim**. 2.ed. Maruim: Colorgraf Serviços Gráficos, 2020.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Unesp, 1998.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); mariliamaccioly.adv@outlook.com

²Professor titular do Departamento de Educação (DEDI) e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS); joaopaulogama@gmail.com



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA TEREZINHA CUNHA SILVA
(UBERLÂNDIA/MG)



Jakeline Bento da Silva¹
Leilane Alves Chaves²

Fachada da Escola Municipal de Educação Infantil Maria Terezinha Cunha Silva, Uberlândia (MG). Arquivo da escola.

RESUMO

A história da Escola Municipal de Educação Infantil Maria Terezinha Cunha Silva tem início em 1984, quando moradoras do bairro Alvorada, diante da necessidade de trabalhar e da ausência de atendimento às crianças pequenas, organizaram-se em sistema de rodízio para cuidar dos filhos umas das outras durante seus dias de folga. A mobilização da comunidade fortaleceu a reivindicação junto ao poder público pela criação de uma creche. Em 1986, a Prefeitura Municipal alugou um imóvel para o funcionamento da Unidade de Desenvolvimento Infantil (UDI Alvorada), que iniciou suas atividades com uma equipe de três profissionais, destinada ao atendimento de filhos de mães trabalhadoras que não dispunham de outro cuidador durante a jornada de trabalho. Em 1989, a instituição passou a funcionar em sede própria, ampliando gradativamente sua estrutura física, sua equipe e sua capacidade de atendimento. Em 1991, passou a denominar-se Creche Comunitária do Bairro Alvorada e, em 26 de outubro de 2004, foi oficializada como Escola Municipal de Educação Infantil Maria Terezinha Cunha Silva, em homenagem à sua antiga diretora. Localizada no setor leste de Uberlândia (MG), atende crianças de quatro meses a três anos. A instituição fundamenta sua proposta pedagógica na indissociabilidade entre educar e cuidar, reafirmando a função social da Educação Infantil e promovendo o desenvolvimento integral da criança. Este estudo fundamenta-se em pesquisa documental, tendo como fonte o Regimento Escolar, possibilitando reconstruir a trajetória da instituição, compreender seu processo de consolidação e contribuir para a preservação de sua memória histórica.

Palavras-chave: História da Educação. Educação Infantil. História institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA TEREZINHA CUNHA SILVA. **Regimento Escolar**. Uberlândia, MG, 2026.

¹ Jakeline Bento da Silva Costa; Mestrando em Educação; Diretora escolar da Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG. E-mail: pro27165@sme.udi.br

² Leilane Alves Chaves; Doutora em Educação; Prefeitura Municipal de Uberlândia; Uberlândia/MG. E-mail: leilaneac1@gmail.com



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

COLÉGIO ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL FÁBIO ARARIPE GOULART (ILHÉUS/BA)

Leila Soares de Sá¹



Fonte: Acervo do Colégio Estadual em Tempo Integral Professor Fábio Araripe Goulart (2026)

RESUMO

Fundado em fevereiro de 2000, o Colégio Estadual em Tempo Integral Professor Fábio Araripe Goulart, localizado no bairro Teotônio Vilela, Ilhéus-BA, foi criado para ampliar o acesso à educação em uma comunidade que, à época, enfrentava limitações de infraestrutura e mobilidade urbana. A instituição recebeu esse nome em homenagem ao professor Fábio Araripe Goulart, pelos relevantes serviços prestados à educação baiana. Inicialmente, atendeu estudantes em situação de distorção idade-série e jovens que encontravam dificuldades para dar continuidade aos estudos em unidades escolares fora do bairro. Em 2016, passou a integrar a política de Educação em Tempo Integral da rede estadual, ampliando sua proposta formativa. Consolidou-se como importante espaço de formação e inclusão social para a comunidade. As informações apresentadas foram organizadas a partir da análise do Projeto Político-Pedagógico da instituição, documento que permite compreender sua constituição histórica, finalidades educacionais e transformações, evidenciando a importância dos arquivos escolares para a preservação da memória institucional e da história da escola pública.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ILHÉUS, Colégio Estadual Em Tempo Integral Professor Fábio Araripe Goulart. **Projeto Político-Pedagógico**. 2026. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

¹ Leila Soares de Sá; coordenadora pedagógica da rede estadual de ensino da Bahia; mestranda em Educação- PPGE/UESC. Integrante do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação (GRUPPHED) Ilhéus – Bahia; E-mail: sa.leila78@yahoo.com.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL THEMÍSTOCLES ANDRADE (ILHÉUS/BA)

Tereza Cristina S. de Sá¹



Telma Sueli S. de Sá²

Fonte: Acervo do Colégio Municipal Themístocles Andrade (2023)

RESUMO

Localizada no bairro Teotônio Vilela, um dos bairros mais populosos de Ilhéus-Ba. A Escola Municipal Themístocles Andrade, (EMTA), fundada em 30 de setembro de 1990 para atender a grande demanda de crianças em idade escolar. Inicialmente funcionavam salas em barracões de madeiras e em rodízio, devido ao grande número de estudantes e escassez de sala de aula. Em 1994, passou oficialmente ao nome atual. Seu Projeto Político-Pedagógico fundamenta-se nos princípios da gestão democrática, da educação inclusiva, da valorização da diversidade, dos direitos humanos. Entre as práticas pedagógicas destacam-se os projetos "A Cidade, o Bairro e a Escola", fortalece a história, a cultura e a memória como legado identitário e "Mulher Negra: A Força que se Explica", este último, desde 2014, protagoniza debates no processo de fortalecimento na implementação das leis 10639/03 e 11.645/08 no combate às discriminações e combate ao racismo. Atualmente, a EMTA atende cerca de 950 estudantes matriculados nos turnos matutino, vespertino e noturno e desponta na relevância de demonstrar que práticas pedagógicas contextualizadas, ao cumprem o papel educativo podem também ressignificar valores através da memória ancestral, além de contribuem para uma educação democrática, crítica e socialmente emancipadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p.133.

¹ Tereza Cristina Soares de Sá; coordenadora pedagógica do Cehas(Centro de Humanização e Ação Social); mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais PPG/-UFSBucação- PPGE, Especialista em Relações Étnico-Raciais-UESC Ilhéus – Bahia; E-mail: povoada.sou@gmail.com ² Telma Sueli Soares de Sá; professora de Filosofia na Escola Municipal Themístocles Andrade, Especialista em Educação e Relações Étnico-Raciais-UESC



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL FRANCISCO BUENO MONTEIRO
(UBERLÂNDIA/MG)

Elaine Bezerra dos Santos¹
Welson Barbosa dos Santos²



Fachada da EMEI Francisco Bueno Monteiro, Uberlândia-MG, 2006.
Fonte: Acervo pessoal da autora (2006). Créditos: Fotografia de Elaine Bezerra dos Santos.

RESUMO

A presente pesquisa foi realizada com o objetivo de registrar a história da Escola Municipal de Educação Infantil Francisco Bueno Monteiro, localizada no bairro Maravilha, em Uberlândia (MG). A EMEI foi oficializada em outubro de 2004. Antes disso, sua origem teve início pela iniciativa da comunidade que se organizou para cuidar dos filhos de algumas mulheres que precisavam trabalhar. A escola recebeu o nome de Francisco Bueno Monteiro em homenagem ao doador do terreno onde foi construída. A instituição atende crianças de quatro meses a três anos de idade, desenvolvendo práticas pedagógicas fundamentadas no desenvolvimento integral da criança, reafirmando o significado de seu slogan: **"Escola com sabor de vida"**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL FRANCISCO BUENO MONTEIRO. **Projeto Político-Pedagógico**. Uberlândia, EMEI Francisco Bueno Monteiro, 2022.

ACERVO PESSOAL DA AUTORA. **Fotografia da fachada da Escola Municipal de Educação Infantil Francisco Bueno Monteiro**. Uberlândia, 2026.

¹ Elaine Bezerra dos Santos; Graduação em letras - Universidade Federal de Uberlândia e em Pedagogia pela Universidade de Uberaba ; mestranda no PPGEd - UFU;Uberlândia / MG; E-mail: elaine160117@gmail.com.

² Welson Barbosa dos Santos; Doutor em Educação pela UFSCar; Professor Adjunto IV – ICENP – UFU; Professor Permanente PPGEd e PPGECEM - UFU; Uberlândia / MG; E-mail: welson.santos@ufu.br.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS: MEMÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA CAMPANHA GAÚCHA (BAGÉ/RS)

Larissa Soares Moraes¹

Ana Caroline Soares²



Fonte: jornal Correio do Sul, 27/11/1959, página 6. Arquivo Municipal Tarcísio Taborda

RESUMO

Este trabalho investiga a história institucional da Escola Municipal Nossa Senhora das Graças, fundada na década de 1960 em Bagé, Rio Grande do Sul, pelo Padre Antônio Roton. Inicialmente instalada em estrutura de madeira em terreno da Mitra Diocesana e da Paróquia São Judas Tadeu, a instituição enfrentou precariedades até os anos 1990, quando foi elaborado projeto de reconstrução em parceria com o município. A permanência no mesmo espaço, após negociações comunitárias e acordos de permuta, resultou na construção de um novo prédio, consolidando a escola como referência no Bairro Dois Irmãos. A pesquisa problematiza como a história da escola se relaciona com políticas públicas educacionais e com a preservação da cultura e memória escolar, evidenciando tensões entre Comunidade, Igreja e Município na da educação pública. Este resumo ancora-se na História da Educação, dialogando com autores como Faria Filho (2022) e DE SOUZA (2013), que discutem memória, identidade regional e permanências institucionais. A metodologia historiográfica baseia-se em análise documental das fontes institucionais e registros históricos permitindo compreender como práticas locais se articulam às políticas nacionais. Ao situar a experiência da escola no contexto dos 200 anos da escola pública no Brasil, o estudo pretende contribuir para refletir sobre enlaces entre educação, comunidade e identidade regional, destacando permanências e transformações que marcam a história da educação na Campanha Gaúcha.

REFERÊNCIAS

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Brasil, 1822/2022: 200 anos de escolarização. **Educação em Foco**, v. 25, n. 46, p. 8–33, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/educacaoemfoco/article/view/6592>. Acesso em: 20 jul. 2026. DE SOUZA, Rosa Fátima. Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, v. 14, n. 26, p. 199–221, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013199>. Acesso em: 20 jul. 2026.

¹ Larissa Soares Moraes, Bolsista PIBITI/CNPq, discente do Curso de Licenciatura em Letras, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Bagé, Rio Grande do Sul. e-mail: larissasm.aluno@unipampa.edu.br

² Ana Caroline Soares, Graduada em Pedagogia, Faculdade Porto Alegrense (FAPA), Bagé, Rio Grande do Sul. e-mail: anacaroline01soares@gmail.com

Trabalho orientado pelo Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica; Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Orientador do Projeto de Inovação Tecnológica “Repositório Digital Tatu: Inovação na Pesquisa em História da Educação”, e-mail: alessandro.bica@unipampa.edu.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSA SENHORA DO CARMO
(BAGÉ/RS)

Lucilene Paz Peres¹
Larissa Soares Moraes²



Fonte: Registro Documental Igreja Nossa Senhora do Carmo

RESUMO

A Escola Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora do Carmo está localizada no município de Bagé, na região da Campanha Gaúcha do Rio Grande do Sul. Sua trajetória está vinculada à Assistência Social Comunidade Nossa Senhora do Carmo, sociedade civil sem fins lucrativos que, entre as décadas de 1950 e 2000, desenvolveu ações assistenciais, educacionais e religiosas voltadas à comunidade local. Conforme extrato de alteração estatutária publicado em 2 de setembro de 1981, a entidade possuía caráter beneficente e tinha como finalidade promover ações de educação e assistência social destinadas, especialmente, à população em situação de vulnerabilidade social. Entre suas atividades estavam o funcionamento de creches, a distribuição de roupas e alimentos, o atendimento médico e odontológico e a promoção de oficinas de artesanato em lã, conforme dados da Assistência Social Nossa Senhora do Carmo (1981). Ao longo de sua história, essas ações contribuíram para a consolidação da instituição como espaço dedicado à Educação Infantil no município de Bagé. Posteriormente, a escola passou a integrar a rede municipal de ensino, atendendo crianças desde o berçário até a pré-escola, evidenciando a transformação de uma iniciativa comunitária em uma instituição pública comprometida com a educação das infâncias. Atualmente, a escola constitui um importante patrimônio da memória educacional bageense. O resgate de sua trajetória, fundamentado em documentos institucionais, contribui para preservar a memória escolar, fortalecer a identidade institucional e ampliar a compreensão sobre a história da Educação Infantil no município de Bagé.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSISTÊNCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DO CARMO. **Extrato de alteração estatutária**. Bagé, RS, 2 set. 1981.

¹ Lucilene Paz Peres. Bolsista Fapergs, discente do Curso de Engenharia Química. Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bagé, Rio Grande do sul. E-mail: lucileneperes.aluno@unipampa.edu.br

² Larissa Soares Moraes. Bolsista PIBITI/CNPq, discente do Curso de Licenciatura em Letras. Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bagé, Rio Grande do Sul. E-mail: larissasm.aluno@unipampa.edu.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

E.M.E.F PROFESSOR PERI CORONEL (BAGÉ/ RS)

Maria Eduarda dos Santos Fonseca¹
Êmilly Fuques Pereira²



Fachada da escola em 2025. Fonte: Acervo da escola.

RESUMO

A Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Peri Coronel, localizada no Bairro Nova Esperança (Vila Malafaia), foi criada pelo Decreto nº 371 em 26 de junho de 1978. O nome homenageia o Professor Peri Coronel (1899–1964), que dedicou 40 anos ao magistério, tendo iniciado lecionando aos 19 anos no Colégio Auxiliadora e fundado o educandário São Luiz em 1923. A escola atendia do Pré à 5ª série em uma estrutura com 5 salas, cozinha e secretaria, tendo Isolda Médici Candiota como primeira diretora. Esta pesquisa vincula-se ao Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos (UNIPAMPA) e utiliza como fonte documental o Histórico das Escolas Municipais Urbanas de Bagé, acervo consultado diretamente na própria instituição de ensino. Metodologicamente, o estudo ampara-se na análise documental, segundo os preceitos de Cellard (2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

BAGÉ (RS). Secretaria Municipal de Educação. **Histórico das Escolas Municipais Urbanas de Bagé**. Organização: Genessi Beatriz G. Gil e Susana Londero Munhós. Bagé: Secretaria Municipal de Educação, 1992. Documento datilografado. Acervo da EMEF Professor Peri Coronel.

¹ Maria Eduarda dos Santos Fonseca; Graduada em Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) campus Bagé; Bagé/RS; dudasantsss1015@gmail.com

² Êmilly Fuques Pereira; Graduada em Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) campus Bagé; Bagé/RS; emillyfuques@gmail.com

³ Orientador Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica; alessandrobica@unipampa.edu.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

E.M.E.F. DR. TELMO CANDIOTA DA ROSA (BAGÉ/RS)

Êmilly Fuques Pereira¹

Maria Eduarda dos Santos Fonseca²



Fachada da escola em 2024. Fonte: Google Maps.

RESUMO

Originalmente denominada Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Dr. Telmo Candiota da Rosa, foi criada pelo Decreto nº 702, de 28 de março de 1984, em Bagé/RS. Recebeu o nome de seu patrono, Dr. Telmo Candiota da Rosa (1915–1983), advogado, educador e importante liderança comunitária, sendo reconhecido pelo apreço à sua “grande-pequena cidade de Bagé”. Nos primeiros anos, atendia estudantes da pré-escola à 6ª série e contava com quatro salas de aula, secretaria, cozinha, biblioteca e demais dependências. A pesquisa, desenvolvida no Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos (UNIPAMPA), utilizou como fonte o *Histórico das Escolas Municipais Urbanas de Bagé*, consultado na instituição escolar. A metodologia baseou-se na análise documental, conforme Cellard (2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

BAGÉ (RS). Secretaria Municipal de Educação. **Histórico das Escolas Municipais Urbanas de Bagé**. Organização: Genessi Beatriz G. Gil e Susana Londero Munhós. Bagé: Secretaria Municipal de Educação, 1992. Documento datilografado. Acervo da EMEF Dr. Telmo Candiota da Rosa.

¹ Êmilly Fuques Pereira; Graduada em Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) campus Bagé; Bagé/RS; emillyfuques@gmail.com

² Maria Eduarda dos Santos Fonseca; Graduada em Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) campus Bagé; Bagé/RS; Dudasantss1015@gmail.com

³ Orientador Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica; alessandrobica@unipampa.edu.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

GRUPO ESCOLAR JOAQUIM SARAIVA (1964) (UBERLÂNDIA/MG)

Camila Cássia Ferreira¹



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

RESUMO

Criado pelo Decreto Estadual n.º 7.386, de 28 de janeiro de 1964, o Grupo Escolar Joaquim Saraiva integrou a expansão do ensino primário público em Uberlândia (MG), acompanhando o crescimento da então Vila Saraiva. Este trabalho resulta de pesquisa de mestrado que investiga a trajetória da instituição entre 1964 e 1977, com foco em sua implantação, organização do espaço escolar e cultura escolar. Fundamenta-se na História das Instituições Escolares (Nosella; Buffa, 2013), em diálogo com os estudos de Souza (2017), Julia (2001) e Meihy e Holanda (2015). A pesquisa articula documentação produzida pela instituição e por órgãos públicos, jornais locais, fotografias e entrevistas com ex-alunos e ex-servidores. Analisa a transformação das Escolas Reunidas da Vila Saraiva em Grupo Escolar Joaquim Saraiva, as mudanças administrativas, materiais, pedagógicas, a construção da sede própria e o processo de consolidação da instituição entre 1964 e 1977. Contribui para a História da Educação ao abordar uma escola ainda ausente de dissertações e teses, preservando sua memória e ampliando o conhecimento sobre a escolarização pública e a história do bairro Saraiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

¹ Camila de Cássia Ferreira; Graduada em Pedagogia (UFU), mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Uberlândia/MG; camiladecassiaferreira@gmail.com.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL HILDA LEÃO CARNEIRO CÍVICO-MILITAR (UBERLÂNDIA/MG)

Leilane Alves Chaves¹

Lidia Andrade da Silva²



Escola Municipal Hilda Leão Carneiro Cívico-Militar, Uberlândia, Minas Gerais. Arquivo da escola.

RESUMO

A unidade escolar foi criada pela Lei Municipal nº 5. 899/93, denominada Escola Municipal do Bairro Santa Mônica II. Em 1995, sob a Lei nº 6.255 é alterado o nome da escola para Escola Municipal Hilda Leão Carneiro, em homenagem a avó do então Deputado Federal Odelmo Leão Carneiro, de acordo com a pesquisa documental. Em 2021 foi publicado o Acordo de Cooperação Técnica nº 32/2021 entre a Prefeitura Municipal de Uberlândia e a União por intermédio da Secretaria de Educação Básica, a implementação de uma Escola Cívico-Militar. Neste contexto é instituído o Programa Municipal das Escolas Cívico-Militares na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia pelo decreto nº 20.815/2023 tendo como o objetivo promover uma gestão de excelência nas áreas educacional e administrativa da rede de ensino, baseada nos padrões de ensino adotados pelos colégios militares do Exército, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. A instituição está situada no bairro Morumbi e oferece Ensino Fundamental de 9 anos (1º ao 9º ano), Educação de Jovens e Adultos (6º ao 9º período) e Educação Especial em todos os níveis. A atuação da instituição é alinhada com os objetivos da Constituição Federal que estabelece o direito à educação e demais marcos legais, o que significa que a escola visa contribuir para a formação global do cidadão que possibilite o seu crescimento e desenvolvimento de modo a torná-lo sujeito ativo na sociedade, no exercício da cidadania, bem como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

REFERÊNCIAS

UBERLÂNDIA, 2025. **Minuta do Regimento Interno Escolar**. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2025.

¹ Leilane Alves Chaves; Doutora em Educação; Prefeitura Municipal de Uberlândia; Uberlândia/MG. Email: leilaneac1@gmail.com

² Lidia Andrade da Silva; Doutoranda em Educação; Prefeitura Municipal de Uberlândia; Uberlândia/MG. E-mail: lidiaandrade2004@yahoo.com.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

COLÉGIO MUNICIPAL DR. ANTENOR LEMOS (MARAÚ/ BA)

Bárbara Júlia Góis Vivas de Souza



Fachada do Colégio Municipal Dr. Antenor Lemos com o prefeito Ney de Lemos Luz à sua frente, [196?-].

Fonte: Acervo pessoal de Jorge Allan Vivas de Sousa.

RESUMO

De acordo com a ata de inauguração do Colégio Municipal Dr. Antenor Lemos, seu funcionamento se iniciou em 8 de maio de 1964, pouco mais de um mês após o golpe militar, durante a gestão de Almiro Vivas Mendes Filho e fica localizado na Travessa Ayres Costa, no centro da cidade de Maraú. A partir dos documentos localizados no acervo do referido colégio, é possível afirmar que o prédio escolar ofertava curso ginásial e Curso Normal até 2004, após isso as nomenclaturas mudaram para Ensino Fundamental II e Magistério. Também foi núcleo do Programa de Habilitação para Professores Leigos (PROLEIGOS), de 1998 até 2002, cuja intenção era a de profissionalizar professores atuantes na área do campo que não cumpriam a formação mínima exigida para lecionar no ensino primário, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, ademais, proporcionar condições técnicas para o magistério do 1º grau, de 1ª a 4ª série – o equivalente aos Anos Iniciais, etapa de alfabetização. A oferta do Curso Normal possibilitou com que muitos cidadãos se formassem enquanto docentes, alimentando a própria rede de Educação municipal, retornando como docentes ao colégio em que estudaram, assim como o PROLEIGOS que representou um marco na trajetória educacional da cidade de Maraú ao materializar o esforço de profissionalização docente em regiões historicamente negligenciadas pelas políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLÉGIO MUNICIPAL DR. ANTENOR LEMOS. **Acervo Escolar (1964-2026)**. Maraú, BA: Arquivo Institucional, 2026.

[FACHADA do Colégio Municipal Dr. Antenor Lemos com o prefeito Ney de Lemos Luz à sua frente]. Maraú, BA, [196?-]. 1 fotografia. Acervo pessoal de Jorge Allan Vivas de Sousa.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (PELOTAS/RS)

Márcio Aurélio Alves Insaurriaga¹

Alessandro Carvalho Bica²



Fachada principal da Faculdade de Direito da Ufpel, em Pelotas - RS.

Fonte: Arquivo fotográfico de campo dos autores (2026).

RESUMO

Este resumo apresenta estudo de caso e pesquisa documental com observação noturna (11 e 15/06/2026), vinculados ao Doutorado em Ensino da Unipampa. O objeto é o cenário pedagógico e a cultura material da Faculdade de Direito da Ufpel (Pelotas/RS), instalada em sede própria em 11/08/1929. A investigação mapeou aulas na tradicional Sala 1 (geometria ordenada voltada ao pódio e capacidade para mais de 100 alunos) e no térreo (Sala 7, Professores e Pós-Graduação). A fundamentação ancora-se no poder simbólico de Bourdieu e nos estudos sobre arquitetura escolar e cultura material de Antonio Viñao Frago, articulada ao Projeto Pedagógico e ao acervo fotográfico de campo. A análise etnográfica destacou a suntuosidade do edifício-sede, cujos elementos tensionam preservação histórica e exigências contemporâneas de uso. O estudo evidenciou que a performance docente fratura o espaço monólogo, convertendo o dogmatismo em práxis crítica. Ao reconhecer a instituição como lugar de memória, a investigação contribui para o itinerário da escolarização jurídica e fortalece o debate sobre “Patrimônios Educativos” no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. **Espacio, tiempo y currículum**: vinculación y organización. Madrid: Ediciones Morata, 1998.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Faculdade de Direito. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito (PPCDIR)**. Pelotas: NDE/FD/UFPel, aprovado em 11 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/direito/files/2025/08/PPC-08-25.pdf>. Acesso em: 11.jun.2026

¹Doutorando em Ensino; Universidade Federal do Pampa, Bagé/RS; marcioinsaurriaga.aluno@unipampa.edu.br.

²Doutor em Educação; Universidade Federal do Pampa; Bagé/RS; alessandrobica@unipampa.edu.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

COLÉGIO ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL DE ITAJUÍPE (ITAJUÍPE/BA)

Maria Cristina Souza Mariano¹
Cristiane Batista da Silva Santos²



Fonte: acervo da escola

O Colégio Estadual de Tempo Integral de Itajuípe está localizado no município de Itajuípe, no sul da Bahia, que possui população estimada em 19.191 habitantes (IBGE, 2025). À luz dos estudos sobre cultura escolar (JULIA, 2001), o presente resumo resulta de pesquisa documental realizada a partir da análise do Projeto Político-Pedagógico, do Decreto nº 22.868/1972, de outros documentos institucionais e de dados do IBGE. A instituição integra a Rede Estadual de Ensino da Bahia e oferta Ensino Médio nas modalidades parcial e tempo integral, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional, atendendo estudantes da sede e da zona rural do município. Criado pelo Decreto nº 22.868, de 27 de abril de 1972, com a denominação de Colégio Polivalente de Itajuípe, o estabelecimento foi implantado no contexto da expansão das escolas polivalentes no Brasil, política educacional voltada à ampliação do acesso ao ensino público e à formação da juventude. Ao longo de sua trajetória, consolidou-se como referência educacional para Itajuípe e municípios circunvizinhos, acompanhando as transformações das políticas públicas de educação. Com a implantação da Educação em Tempo Integral na Rede Estadual da Bahia, passou a denominar-se Colégio Estadual de Tempo Integral de Itajuípe. Além de sua função educativa, preserva a memória e a identidade local por meio de projetos que valorizam a cultura regional, a história do município e o patrimônio cultural, reafirmando seu compromisso com uma educação pública de qualidade, socialmente referenciada e voltada à formação humana e cidadã.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Senado Federal, 1996.
COLÉGIO ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL DE ITAJUÍPE. Projeto Político-Pedagógico. Itajuípe, BA, 2026.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Brasília, DF: IBGE, 2025.
JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, n. 1, p. 9-43, 2001.

¹ Maria Cristina Souza Mariano; Pedagoga, Mestranda PPGE/Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Itajuípe/Bahia. E-mail: cristinamariano242@gmail.com

² Cristiane Batista da Silva Santos, Profa. Dra. PPGE/Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) E-mail: cbssantos@uesc.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DOMINGOS PIMENTEL DE ULHÔA
(UBERLÂNDIA/MG)

Sandra Alves Reis de Queiroz¹
Iara Vieira Guimarães²



RESUMO

Fonte: Sandra Alves Reis de Queiroz, 2026

A Escola Municipal Professor Domingos Pimentel de Ulhôa, localizada em Uberlândia (MG), foi criada em 1º de novembro de 1993 para atender à demanda da comunidade do bairro Santa Mônica por mais vagas no ensino público. Inicialmente denominada Escola Municipal de Alfabetização do Bairro Santa Mônica, a instituição passou, posteriormente, a denominar-se Escola Municipal Professor Dr. Domingos Pimentel de Ulhôa, em homenagem ao professor, reconhecido por sua dignidade, postura humanista e conduta ética, bem como por sua relevante contribuição para o desenvolvimento da atual Universidade Federal de Uberlândia. Este resumo baseia-se em pesquisa documental realizada a partir do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e de documentos históricos e normativos da rede municipal. A escola iniciou suas atividades com cerca de 1.100 estudantes da educação infantil à antiga 4ª série do ensino fundamental e, acompanhando o crescimento da comunidade, ampliou sua estrutura, passando a contar com 25 salas de aula. Atualmente, atende aproximadamente 1.600 estudantes do 1º ao 9º ano, oferecendo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e diversos projetos voltados à inclusão, alfabetização, tecnologia, educação ambiental, educação antirracista, integração de estudantes imigrantes, esportes, leitura, empreendedorismo e recomposição das aprendizagens. Sua proposta pedagógica prioriza uma formação crítica, cidadã e inclusiva, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes e o fortalecimento da relação entre escola, comunidade e sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. MINAS GERAIS. **Conselho Estadual de Educação**. Resolução CEE nº 474, de 8 de maio de 2020.

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DOMINGOS PIMENTEL DE ULHÔA. **Projeto Político-Pedagógico**. Uberlândia: Escola Municipal Professor Domingos Pimentel de Ulhôa, versão vigente.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Orcid: 0009-0008-3793-6108. E-mail: sandra_queiroz@ufu.br

² Doutora em Educação, Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Orcid: 0000-0002-5509-8805. E-mail: iaravg@ufu.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL PLURIDOCENTE INDÍGENA PAU BRASIL (ARACRUZ/ES)

Geovane Leonardo dos Bantos Braga¹



Fonte: Pulsar Imagens - <http://www.pulsarimagens.com.br>, Crédito: Delfim Martins, Criador: Delfim Martins, 2026.

RESUMO

Neste trabalho aborda-se a história da Escola Municipal Pluridocente Indígena Pau Brasil, localizada na Aldeia Pau Brasil, no município de Aracruz, estado do Espírito Santo (Região Sudeste - Brasil). Ela foi fundada em 1975, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação no ato da Resolução nº 41/75. De início a escola chamava-se Escola Unidocente de Pau Brasil, ou seja, era uma sala que atendia todas as turmas de 1ª a 4ª série. A Escola foi formalmente renomeada para Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena (EMEFI) Ybyrapytanga, em 2024. A mudança foi oficializada em 15 de maio de 2024 pela Resolução Nº 012/CMEA/2024 do Conselho Municipal de Educação de Aracruz, e ratificada pela Lei Ordinária nº 4.727/2024 do município. A primeira professora a vir trabalhar na escola foi a professora Bárula Santos, conhecida como professora Bá, ela vinha da Barra do Sahy para ensinar as crianças da aldeia. Os primeiros educadores a trabalhar na escola foram pessoas não indígenas e que tinham pouco ou quase nenhum conhecimento do povo indígena. A partir de 1998 a escola passou a ser ocupada somente por indígenas (professores e administrativos) (Cordeiro, 2022). Esta é uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em documentos históricos da Câmara de Vereadores de Aracruz - ES e em estudos realizados pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como o estudo de Marília Amâncio Rocha Cordeiro (2022) e o livro da professora Eliane Cristina Oliveira (2023). O currículo desenvolvido na escola da Aldeia Pau Brasil é específico, em acordo com suas origens e desafios e, teoricamente, elaborado ao início de cada ano letivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARACRUZ. Conselho Municipal de Educação de Aracruz - CMEA. **Aprova a mudança de denominação da Escola Municipal Pluridocente Indígena Pau Brasil**. Aprovado na 4ª Sessão Plenária Ordinária de 15/05/2024.

ESPÍRITO SANTO. **Resolução CEE-ES nº 41/1975**. Vitória, 1975.

CORDEIRO, Marília Amâncio Rocha. **Currículo como narrativa ancestral**: reflexões sobre movimentos curriculares tupiniquim. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Licenciaturas Indígenas – PROLIND/Licenciatura Intercultura Indígena Tupinikim e Guarani). Aracruz: Universidade Federal do Espírito Santo, 2022.

OLIVEIRA, Elaine Cristina de. **Desafíos del Maestro Indígena de la Aldea Pau Brasil en el Municipio de Aracruz/ES**: Los Procesos Didácticos de la Enseñanza de la Lectura y la Escritura y el Rescate Histórico-Cultural de su Pueblo. Formiga: Editora Real Conhecer, 2023.

¹ Geovane Leonardo dos Santos Braga. Jornalista, Pedagogo e Psicólogo. Doutorando em Educação pela UNIUBE. Uberlândia - MG. E-mail: geovaneleonardopsicologo@hotmail.com.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR JACY DE ASSIS (UBERLÂNDIA/MG)

Júlia Pereira Oliveira Camargo¹

Sônia Maria dos Santos²



Figura 1 – Fachada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Jacy de Assis, Uberlândia (MG). Fonte: Acervo da pesquisadora (2026).

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que investiga o processo histórico da alfabetização na Escola Municipal Professor Jacy de Assis, em Uberlândia (MG), no período de 1996 a 2006. A Escola Municipal Professor Jacy de Assis foi criada em 10 de junho de 1996, no município de Uberlândia, Minas Gerais. Iniciou suas atividades em 1997, atendendo inicialmente aos anos iniciais do Ensino Fundamental. O estudo objetiva identificar as professoras alfabetizadoras que atuaram na instituição e compreender suas práticas pedagógicas e formas de apropriação das políticas públicas de alfabetização. A pesquisa fundamenta-se na História Cultural, compreendendo a alfabetização como uma prática cultural historicamente construída e a escola como espaço de produção e apropriação de saberes e práticas. Metodologicamente, articula pesquisa documental e História Oral. As fontes documentais compreendem legislação educacional, Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar, livros de atas, diários de classe, fotografias, documentos administrativos e materiais didáticos da instituição, além de entrevistas semiestruturadas com professoras alfabetizadoras, cujas narrativas ampliam a compreensão das práticas cotidianas e da cultura escolar. O intuito é contribuir para a preservação da memória institucional da escola e para o fortalecimento das pesquisas em História da Educação e História da Alfabetização.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR JACY DE ASSIS. **Projeto Político Pedagógico**. Uberlândia, 2022.

¹Júlia Pereira Oliveira Camargo; Especialista; Universidade Federal de Uberlândia; Uberlândia; Minas Gerais; julia.camargo@ufu.br.

²Sônia Maria dos Santos, Doutorado; Universidade Federal de Uberlândia; Uberlândia; Minas Gerais; soniaufu@gmail.com.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JOÃO CID GODOY (MOCOCA/SP)

Sabrina Coimbra¹
Armando Quillici Neto²



Fonte: Google Maps

RESUMO

A pesquisa em andamento investiga a constituição da cultura escolar da Escola Estadual Professor João Cid Godoy, em Mococa-SP, fundada em 1935, no contexto da modernização republicana e das disputas pedagógicas entre católicos conservadores e liberais escolanovistas nas décadas de 1930-1940. Fundamentada teoricamente nos conceitos de cultura escolar (Julia), apropriação (Chartier) e paradigma indiciário (Ginzburg), a pesquisa adota abordagem documental, analisando atas, fotografias, matérias jornalísticas, o edifício e objetos remanescentes. O objetivo é compreender como as prescrições oficiais foram traduzidas e reinterpretadas nas práticas cotidianas da escola, que supostamente atendia a população rural excluída do centro urbano. A análise preliminar indica que a instituição produziu uma cultura escolar própria, marcada por tensões entre a promessa de uma “cultura comum” e a persistente hierarquização social. O estudo contribui para o entendimento dos processos locais de implementação do projeto republicano de escolarização entre 1935 e 1945. As fontes principais são o acervo escolar, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e jornais históricos de Mococa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

¹ Mestranda em Educação; UFU; Uberlândia-MG; sabrina.coimbrac@ufu.br.

² Doutor em Educação; Instituição: UFU; Cidade/Estado: Uberlândia-MG; E-mail: armando.quillici@ufu.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO SILVEIRA MARTINS (BAGÉ/RS)

Paloma Marofiski Alves¹

Letícia Ribeiro Noble²



Escola Estadual de Ensino Médio Silveira Martins. Fonte: Nunes (2026).

RESUMO

A atual Escola Estadual de Ensino Médio Silveira Martins teve origem no *Collegio* Elementar de Bagé, criado em 1909 pelo Decreto nº 1.479, no contexto das políticas de modernização da instrução pública no Rio Grande do Sul, conforme descrevem Ferreira e Bica (2011). Em 1923, passou a denominar-se *Collegio* Elementar XV de Novembro e, em 1933, foi reorganizada como Grupo Escolar de Bagé, incorporando o modelo dos grupos escolares, marcado pela organização seriada do ensino e pela padronização das práticas pedagógicas (Vivan *et al.*, 2022). Em 1940, recebeu a denominação Grupo Escolar Silveira Martins e, no ano seguinte, foi inaugurado seu edifício definitivo, concebido segundo os princípios da Escola Nova e representativo dos ideais de modernização da educação pública (Sá; Werle, 2022). Ao longo das décadas, consolidou-se como uma das principais instituições públicas de ensino de Bagé, desempenhando papel relevante na história da educação da cidade e da região (Ferreira; Bica, 2011).

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, I. G.; BICA, A. C. **Do Collegio Elementar de Bagé ao Grupo Escolar Silveira Martins: a gênese de uma instituição escolar na primeira metade do século XX**. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2011. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/678/1/Artigo%20TCC%20II%20%20Collegio%20Elementar.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2026.
- SÁ, J. dos S.; WERLE, F. O. C. **A nova pedagogia e a modernização da arquitetura escolar no Rio Grande do Sul (1937-1945): o G.E. Silveira Martins de Bagé/RS**. Cadernos de História da Educação, v. 21, e129, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-129>. Acesso em: 8 jul. 2026.
- VIVAN, W. *et al.* **Grupos escolares no Rio Grande do Sul durante o século XX: uma revisão bibliográfica**. Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 4, n. 2, p. 28-36, 2022.

¹ Graduanda em Letras Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), na cidade de Bagé/RS. E-mail: palomamalves2002@gmail.com

² Mestranda em Ensino pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), na cidade de Bagé/RS. E-mail: leticianoble.aluno@unipampa.edu.br

O presente trabalho foi orientado pelo Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica (UNIPAMPA).



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

EREM GINÁSIO PERNAMBUCANO (RECIFE/PE)

Maria Agrecia Cordeiro Simões de Oliveira¹

Virgínia Pereira da Silva de Ávila²



Fachada da EREM Ginásio Pernambucano, Maria Agrecia Oliveira, 2025.

RESUMO

A pesquisa analisou o patrimônio educativo e os ambientes históricos da EREM Ginásio Pernambucano como lugares de memória, destacando sua contribuição para a construção das memórias coletivas da comunidade escolar. Fundada em 1825, a instituição é a mais antiga em atividade pedagógica em Pernambuco e possui um acervo material dos séculos XIX e XX, além de obras raras produzidas entre os séculos XVI e XIX. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, possibilitando análise documental (decretos, leis, relatórios governamentais, instruções, catálogos e fotografias) e levantamento de acervo (registro fotográfico e quantificação do acervo material). Com recorte temporal de 1855 a 1933, o estudo mapeou o patrimônio educativo da escola e detalhou seus ambientes históricos, como o Salão Nobre, o Auditório, a Biblioteca Professor Olívio Montenegro e o Museu de História Natural Louis Jacques Brunet. O referencial teórico fundamentou-se nos estudos sobre patrimônio educativo, cultura material e memória, com base em autores como Escolano, Mogarro, Souza, Le Goff e Nora. Como produto educacional vinculado ao projeto *Difusão do Patrimônio Educativo* (financiado pela FACEPE), será elaborado um catálogo digital do acervo material, que passará a integrar o Repositório Digital de História da Educação em Pernambuco (REDEPHE) para ampliar sua difusão e acesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- MOGARRO, M. J. Patrimônio educativo e modelos de cultura escolar na história da educação em Portugal.
- Cuestiones pedagógicas**: revista de ciencias de la educación, Madrid, n. 22, p. 67-102, 2012-2013.
- PERNAMBUCO. **Catálogo da Biblioteca do Ginásio Pernambucano**. Recife: Imprensa Oficial, 1939.

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional pela Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte (UPE); Nazaré da Mata/PE; maria.acsoliveira@upe.br.

² Doutora em Educação. Professora da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte (UPE); Nazaré da Mata/ PE; virginia.avila@upe.br.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO EUSÍNIO LAVIGNE (ILHÉUS/BA)

Brena Andrade Oliveira¹

Verônica Alves dos Santos Conceição²



Fonte: Costa do Cacau blog (2024)

RESUMO

O presente resumo tem como fonte a obra “IME: o sonho de Eusínio Lavigne 1939/1999: 60 anos de história” de Maria Luiza Heine (2000), a partir de fontes históricas como jornais, atas, documentos institucionais e histórias orais. O Instituto Municipal de Ensino Eusínio Lavigne (IME) está localizado no município de Ilhéus, estado da Bahia, e foi oficialmente inaugurado em 15 de março de 1939, sob o nome de Ginásio Municipal de Ilhéus. Sua história, porém, remonta a 1935, no auge da prosperidade cacaueira da região, onde, em 20 de setembro daquele ano, o prefeito Eusínio Lavigne lançou a pedra fundamental da obra. Afastado do cargo em 1937 por motivos políticos, Lavigne não viu seu sonho concluído, o prefeito Mário Pessoa quem recebeu o prédio pronto em 1939 e concretizou a inauguração sob a direção de Heitor Dias. Em 1951, com a criação do Curso Normal, passou a se chamar Instituto Municipal de Educação; em 1987, em homenagem a seu idealizador, adotou a denominação atual. Como principais características, destacam-se o edifício em forma de "T", planejado para 300 alunos e ampliado depois de forma a atender

1.400 matrículas em 1998. Estruturado nos moldes do Colégio Pedro II e do Colégio da Bahia, o IME expressava intencionalidades educacionais voltadas à democratização do acesso à educação secundária no sul da Bahia, dispensando o deslocamento de jovens até Salvador, à formação apartidária dos estudantes condição expressamente estabelecida por Mário Pessoa e à consolidação de um ensino público de excelência, capaz de formar profissionais e educadores na região.

REFERÊNCIAS

HEINE, Maria Luiza. **IME: o sonho de Eusínio Lavigne, 1939/1999: 60 anos de história**. Ilhéus: Editus, 2000. 136 p. COSTA DO CACAU BLOG. **Instituto Municipal de Ensino Eusínio Lavigne celebra 85 anos de dedicação à educação em Ilhéus!**. 14 mar. 2024. Foto: José Nazal. Disponível em: Costa do Cacau Blog. Acesso em: 25 jul. 2026.

¹ Brena Andrade Oliveira; Mestranda em Educação – PPGE/ UESC;; Ilhéus/Bahia; baoliveira.ppge@uesc.br.

² Verônica Alves dos Santos Conceição; Doutora em Educação –UNIT; Ilhéus/Bahia; vasconceição@uesc.br.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

EEEM DR. CARLOS ANTÔNIO KLUWE (BAGÉ/RS)

Letícia Ribeiro Noble¹

Camila Nunes Centena Alves²



Imagem 01: Fachada da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Antônio Kluwe. Fonte: As autoras.

RESUMO

A escola localizada em Bagé, Rio Grande do Sul, foi fundada em 7 de outubro de 1954, como resultado do movimento pela implantação do primeiro ginásio público gratuito do município, em um contexto de expansão do ensino secundário brasileiro e de crescente mobilização da comunidade em defesa da democratização da educação. Criada inicialmente como Ginásio Municipal Gratuito, a instituição representou um marco na história da educação bageense ao ampliar o acesso ao ensino para jovens que encontravam poucas oportunidades de escolarização pública nesse nível de ensino. Sua implantação foi viabilizada pela articulação entre a sociedade civil, lideranças políticas e o poder público municipal, destacando-se a atuação do então prefeito Dr. Carlos Antônio Kluwe, depois homenageado com o nome da escola. Ao longo de sua trajetória, a instituição consolidou-se como referência na formação de gerações de estudantes, acompanhando as transformações educacionais e contribuindo para a ampliação do direito à educação em Bagé. Sua história evidencia o papel da escola pública como espaço de formação cidadã, inclusão social e desenvolvimento da comunidade.³

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Renan Silveira. **"Uma aspiração generalizada do nosso povo": o processo de implantação do Colégio Estadual de Bagé (1950-1955)**. 2024. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2024.

¹ Mestranda em Ensino pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bagé/RS. E-mail: leticianoble.aluno@unipampa.edu.br

² Mestranda em Ensino pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bagé/RS. E-mail: camilacentena.aluno@unipampa.edu.br

³ Trabalho feito sob orientação do Profº Dr. Alessandro Bica. UNIPAMPA/Bagé. E-mail: alessandrobica@unipampa.edu.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

EMEI DIRETORA MARISTELA GOMES DE SOUZA (UBERLÂNDIA/ MG)

Naiana Rúbia Rezende Tavares¹

Sauloéber Társo de Souza²



Fachada principal da EMEI. Fonte: Arquivo EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza.

RESUMO

Este resumo apresenta o trabalho específico de pesquisa, com a temática em torno da história da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza, criada em 1986 na cidade de Uberlândia–MG como Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira. Fundamentada em Kuhlmann Jr. (1998), a pesquisa compreende a trajetória da instituição como parte da história da Educação Infantil brasileira. A pesquisa parte da observação do contexto de sua criação pela Associação dos Moradores do Bairro Dona Zulmira (Ambazu), diante da necessidade de atendimento às crianças da comunidade. Inicialmente, a creche funcionou em casas alugadas e, em 1990, foi transferida para prédio próprio construído pela Prefeitura Municipal, com subsídios da então Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SMTAS). Em 1998, transformou-se em Unidade de Desenvolvimento Infantil (UDI), com a atuação de servidores concursados; em 2002, foi incorporada à Secretaria Municipal de Educação; em 2004, passou a denominar-se Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Jean Piaget; e, em 2022, recebeu a denominação de EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza, em homenagem a uma de suas gestoras, falecida durante a pandemia de Covid-19. A criação da Creche Comunitária e sua consolidação como instituição pública de Educação Infantil representaram um marco para o bairro Dona Zulmira, ampliando o acesso à educação infantil. Metodologicamente, o estudo pautou-se na análise de bibliografia, legislação educacional, documentos administrativos e pedagógicos, fotografias e entrevistas.

REFERÊNCIAS

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Educação Infantil Jean Piaget. **Projeto Político Pedagógico**. Uberlândia, EMEI Jean Piaget, 2022.

¹ Naiana Rúbia Rezende Tavares; Mestre em Educação - UFU – Universidade Federal de Uberlândia; Universidade Federal de Uberlândia/MG; profnaianar@gmail.com.

² Sauloéber Társo de Souza; Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas/São Paulo. Professor associado II da Universidade Federal de Uberlândia/MG; sauloeber@gmail.com.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (IAÇU/BA)

Eloisa Kelly Santos Souza¹



Prefeitura Municipal de Iaçú. Secretaria Municipal de Educação (2021).

RESUMO

Inaugurada em março de 1985, na Fazenda Gameleira, zona rural do município de Iaçú (BA), a Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição foi criada para atender à demanda educacional das crianças da comunidade, que percorriam longas distâncias até o distrito de Lajedo Alto para frequentar a escola. Sua implantação foi resultado da solicitação dos proprietários da Fazenda Gameleira, Paulo Bastos Queiroz e Marta Queiroz, ao poder público municipal, sendo oficializada pelo Decreto nº 35, de 29 de agosto de 1984. A denominação da escola homenageia Nossa Senhora da Conceição, santa de devoção de Marta Queiroz. Desde sua criação, a instituição atende estudantes da comunidade rural e integra a rede municipal de ensino de Iaçú. Ao longo de sua trajetória, contou com a atuação de diferentes docentes e permaneceu como referência educacional para a população da Fazenda Gameleira, acompanhando as transformações da educação no campo no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IAÇU (BA). Secretaria Municipal de Educação. Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição (2023–2025). Iaçú: Secretaria Municipal de Educação, 2023. Disponível em: <https://www.iacu.ba.gov.br/Handler.ashx?f=f&query=3023db9b-a5c0-40a2-af3f-90f3b779d9b3.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2026.

IAÇU (BA). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. *Relatório de visitas às Unidades Escolares da Zona Rural*. Iaçú: Secretaria Municipal de Educação, 2021. Disponível em: https://convivaeducacao.org.br/uploads/memorial/structure/school_construction_pending/attachment/file/230/Relat%C3%B3rio_das_Visitas_%C3%A0s_Unidades_Escolares_da_Zona_Rural.pdf. Acesso em: 25 jul. 2026.

¹ Eloisa Kelly Santos Souza; Mestranda do PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz; Ilhéus/BA; Email: ekssouza.ppge@uesc.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

EMEF DR. JOÃO THIAGO DO PATROCÍNIO (BAGÉ/RS)

Camila Nunes Centena Alves¹

Letícia Ribeiro Noble²



Imagem 01: Fachada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. João Thiago do Patrocínio. Fonte: As autoras.

RESUMO

A escola, localizada em Bagé, Rio Grande do Sul, foi inaugurada em 8 de abril de 1962 como escola-modelo do Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (SEDEP), integrando a política de expansão da educação pública implementada durante o governo de Leonel de Moura Brizola. Instalada inicialmente no centro da cidade, representou o compromisso do poder público com a ampliação do acesso ao ensino primário e o combate ao analfabetismo.

Ao longo de sua trajetória, consolidou-se como espaço de formação escolar e de intensa participação da comunidade, promovendo atividades culturais e pedagógicas que marcaram a memória de diferentes gerações. No final da década de 1980, um incêndio destruiu o prédio original e parte de sua documentação. Em 1992, a escola foi reinaugurada em um novo edifício de alvenaria, no bairro Menino Deus, preservando sua função educativa e sua importância para a comunidade bajeense. Sua história evidencia o papel da escola pública na democratização do ensino e na constituição do patrimônio educativo local, preservando memórias que integram a história da educação no Rio Grande do Sul.³

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MULLER, Josiane Navarrina Milano; JARDIM, Pâmela Soares; BICA, Alessandro Carvalho. **Escola Municipal Dr. João Thiago do Patrocínio: a atuação de uma gestora que guardou/deixou memórias**. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 11, edição especial, 2025.

¹ Mestranda em Ensino pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bagé/RS. E-mail: camilacentena.aluno@unipampa.edu.br

² Mestranda em Ensino pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bagé/RS. E-mail: leticianoble.aluno@unipampa.edu.br

³ Trabalho feito sob orientação do Profº Dr. Alessandro Bica. UNIPAMPA/Bagé. E-mail: alessandrobica@unipampa.edu.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

GRUPO ESCOLAR CASTRO ALVES (MURITIBA/BA)

Micaela Souza dos Santos Fernandes¹

Cíntia Borges de Almeida²



Fonte: Renascença (BA), 1927, Edição 00155.

RESUMO

Inaugurado em 06 de março de 1927, na cidade de Muritiba-BA, o Grupo Escolar Castro Alves, posteriormente conhecido como Escolas Reunidas Castro Alves, integra o conjunto de centenas de prédios escolares idealizados pelo educador baiano Anísio Teixeira, que, a partir de 1924, a convite do governador Góes Calmon, assumiu o cargo de Inspetor Geral de Ensino, função equivalente, hoje, à de Secretário de Educação do Estado. No âmbito de uma política de modernização do ensino primário, o prédio inseria-se em um projeto que previa salas, auditório e biblioteca. Notícia publicada no periódico Renascença, em 1927, registrou a inauguração do prédio sob a legenda “Grupo Escolar Castro Alves, recentemente inaugurado”, evidenciando a repercussão do empreendimento educacional baiano na imprensa da época. Como muitas das construções escolares disseminadas por Anísio Teixeira pelo interior da Bahia, o edifício de Muritiba permanece preservado, sendo reconhecido como uma relíquia arquitetônica sob a ideia de um passado educacional inovador. Desde março de 2008, o antigo prédio escolar abriga a Biblioteca Municipal Prof^a Leda Nair, configurando-se, na prática, como a única biblioteca pública da sede do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RENASCENÇA (BA), 1927, Edição 00155.

A BAHIA não é exemplo da preservação de prédios, documentos e artefatos que representam a nossa memória escolar. In: MODOS DE FAZER EDUCAÇÃO NA BAHIA. [S. l.], 30 set. 2023.

¹ Micaela Souza dos Santos Fernandes. Doutoranda do PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz, Bolsista FAPESB, Ilhéus/BA. E-mail: mssfernandes.ppge@uesc.br

² Cíntia Borges de Almeida. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/BA. E-mail: cbalmeida@uesc.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MANGABINHA FILHO (ITABUNA/BA)

Patrícia Schaun de Araújo Cardoso¹



Fonte: <https://itabuna.ba.gov.br/2022/10/31/prefeitura-de-itabuna-constroi-quadra-na-escola-municipal-joao-mangabinha/> Imagem Acesso em: 03/07/2026

RESUMO

Localizada na zona urbana do município de Itabuna, Bahia, no bairro Mangabinha, a Escola Municipal João Mangabinha Filho foi fundada em 1974, quando o país estava sob comando do regime militar, sendo inicialmente com a denominação Escola Agrupada da Mangabinha. Em seus primeiros anos de funcionamento, a instituição não possuía sede própria, desenvolvendo suas atividades em salas cedidas por moradores da comunidade. Em 20 de outubro de 1976, teve sua denominação alterada para Escolas Reunidas da Mangabinha, passando a ocupar um prédio construído em terreno doado. Ainda naquele ano, sua infraestrutura foi ampliada com a construção de novas salas de aula, banheiros e muro, adotando a denominação Grupo Escolar José Oduque Teixeira, em homenagem ao então prefeito municipal. Em 2013, em atendimento à Lei Municipal nº 2.246, que determinou a substituição das denominações de prédios e instituições municipais que homenageavam autoridades públicas vivas, a escola recebeu a denominação Escola Municipal João Mangabinha Filho, em reconhecimento à contribuição do doador do terreno. Atualmente, oferta o Ensino Fundamental, atendendo estudantes do 1º ao 9º ano. Sua proposta pedagógica fundamenta-se nos princípios da Pedagogia Histórico-Crítica, conforme sistematizada por Dermeval Saviani, compreendendo a educação como prática social historicamente situada e comprometida com a formação crítica dos sujeitos e com a apropriação dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ITABUNA. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal João Mangabinha Filho**. Itabuna: Secretaria Municipal de Educação, 2021. Documento institucional.

¹ Patrícia Schaun de Araújo Cardoso; mestrande Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE)/Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Ilhéus/Bahia; E-mail: psaraujo.ppge@uesc.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL RURAL QUILOMBOLA JOSÉ DE SOUZA JARDIM (ITORORÓ/BA)

Polline Almeida de Oliveira¹



Fonte: arquivo pessoal da autora

RESUMO: A Escola Municipal Rural Quilombola José de Souza Jardim fica localizada na Comunidade Quilombola da Rua de Palha, zona rural do Município de Itororó-BA, Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia. Foi construída no ano de 1992 em um terreno doado pelos próprios moradores e foi regulamentada através da Lei Municipal 499/1992, na gestão do então prefeito Edineu Oliveira dos Santos. No ano de 2021 foi alvo de uma reforma, com a troca do telhado, pintura e aquisição de um novo mobiliário, facilitando o trabalho em equipe e a interação entre os alunos. Porém, em 06 de março de 2025, teve suas atividades paralisadas mediante Portaria Municipal 088/2025, publicada no Diário Oficial do Município de Itororó e considerando o Parecer nº 001/2025 do Conselho Municipal de Educação. Desde então os alunos passaram a ser transportados via ônibus escolar para escolas do distrito de Itati, a 4km da Comunidade. Convém destacar que anteriormente a esse período, a escola já contou com 115 alunos matriculados, no ano de 1999, e viu esse número decair consideravelmente na última década resultante do êxodo rural que ocorreu na Comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, P. A.; PEIXOTO, A. C. S. **A importância da memória para a (re) construção da identidade quilombola: a experiência do Quilombo da Rua de Palha (Itororó/Ba)**. Revista ABPN. V.12, p.711 - 733, 2020.

OLIVEIRA, P. A. **O Quilombo da Rua de Palha: história, memória e etnicidade**. 2019. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Ilhéus – Bahia, 2019.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Ilhéus-BA. E-mail: paoliveira.ppge@uesc.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL DE BANCO CENTRAL (ILHÉUS/BA)

Fabianne Santana Costa Andrade¹



Foto da Escola Municipal de Banco Central; Reprodução/Instagram, 2026.

RESUMO

A Escola Municipal de Banco Central (INEP 29301769), criada pelo Decreto-Lei nº 2.387 (16/05/1991), situa-se no distrito de Banco Central, a 72 km de Ilhéus (BA). Historicamente foi Instituto Municipal de Ensino de Banco Central em 1980 e Escola Nucleada de Banco Central em 1991 (conforme atas de 1987). Atende a uma comunidade rural ligada à agricultura familiar e à cultura do cacau, com Creche, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Mediação Tecnológica (EMITEC) em seus anexos e assentamentos desempenhando relevante papel socioeducativo como o Programa Despertar e a realização de Feiras Culturais. Foi a porta de entrada da educadora Deíze Silva Santana na carreira pública, servindo de ponto de partida para a pesquisa *“Trajetória Profissional de Deíze Silva Santana: o papel da coordenação pedagógica na escola”* buscando analisar o acervo documental de seu percurso profissional até a gestão no Centro Estadual de Educação Profissional do Chocolate Nelson Schaun, em 2017. Metodologicamente, realizou-se pesquisa documental nos acervos das instituições em que a educadora atuou, articulada ao levantamento bibliográfico como a CAPES. A análise evidencia a materialização do fazer cotidiano da coordenação pedagógica e reafirma a importância da preservação da memória documental (Almeida, 2017) sob a guarda das instituições escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, DF: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em 08 jul 2026.

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Banco Central, 2010.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação PPGE, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), integra o GRUPPHED; Ilhéus/Bahia; fabbicosta2014@gmail.com.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

EMEI DO BAIRRO GUARANI (UBERLÂNDIA/MG)

Helaine Rúbia Gonçalves da Silva¹

Kelly Alves Camilo²



Fonte: Google Maps. Adaptado pelas autoras (2026).

RESUMO

A história da Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Guarani teve início com a mobilização da comunidade, por meio da Associação Feminina do Bairro Guarani (AFEGU), com o apoio de detentos voluntários participantes do programa da APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) e de outros moradores. Em 2004, iniciou-se a construção da escola com o objetivo de atender 50 crianças de 0 a 6 anos. Esse processo foi registrado em uma reportagem exibida em 2004 e reexibida em 2026, intitulada "Mulheres Inspiradoras". Conforme a reportagem, a primeira creche da comunidade transformaria a realidade de inúmeras famílias que precisavam trabalhar. Entre as mulheres retratadas está Dilma Chaves Marinho, que atuou diretamente na construção da escola e, atualmente, integra a equipe de servidores da instituição. Em relato oral concedido em 2026, Dilma destaca que mulheres, mesmo sem experiência na construção civil, tiveram papel fundamental na obra e relembra que a criação da escola representou a realização de um sonho para muitas famílias, inclusive a sua, que não podia trabalhar por não ter onde deixar o filho pequeno. As atividades escolares tiveram início em fevereiro de 2008, com inauguração oficial em 12 de maio do mesmo ano. Atualmente, a instituição oferece 102 vagas e é a única escola pública municipal da região que atende crianças de 1 ano a 3 anos e 11 meses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UBERLÂNDIA (MG). Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Educação Infantil do Bairro Guarani. **Projeto Político-Pedagógico**. Uberlândia, 2026.

MGTV 1ª edição – Uberlândia. **Memória MG**: lembre reportagem de mulheres que construíram primeira creche no Guarani. 18 jul. 2026. [S. l.]: Globoplay. Vídeo (2 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/14408532/?s=0s>. Acesso em: 24 jul. 2026.

¹Helaine Rúbia Gonçalves da Silva; Mestranda em educação; UFU; Uberlândia / MG; helaine.rubia@gmail.com

²Kelly Alves Camilo; Doutoranda em educação; UFU; Uberlândia / Minas Gerais; kellyalvescamilo@gmail.com



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO SILVEIRA MARTINS (BAGÉ/RS)

Liziane Borges Fagundes¹
Alessandro Carvalho Bica²



Fachada atual da E.E.M Silveira Martins preservando o letreiro do antigo Grupo Escolar, sede de aulas noturnas para trabalhadores na década de 1940. Fonte: Jornal Minuano. Créditos: Miquéli Romero

RESUMO:

A presente pesquisa investiga a constituição histórica da Educação de Adultos em Bagé/RS na década de 1940, analisando ações educativas destinadas à população trabalhadora em um contexto marcado pela redemocratização, pela Constituição de 1946 e pela exclusão política dos analfabetos. Fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica, adota a análise documental, tendo como principal fonte o jornal Correio do Sul. Os resultados parciais evidenciam a atuação de órgãos públicos, instituições religiosas e entidades comunitárias na oferta de escolarização. Em Bagé, destacavam-se as Aulas Populares Noturnas da Legião da Cruz, a Aula do Pobre da Igreja Episcopal Brasileira, a Liga Contra o Analfabetismo no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, cursos preparatórios para os exames de madureza e iniciativas de formação profissional. Com origem no Collegio Elementar de Bagé (1909) e instalado, em 1941, na Avenida Fernando Machado (Ferreira; Bica, 2011), o Grupo Escolar Silveira Martins manteve, em 1946, aulas noturnas para jovens e adultos trabalhadores, evidenciando a atuação do poder público no enfrentamento do analfabetismo (Correio do Sul, 1946). Conclui-se que a Educação de Adultos em Bagé extrapolava a alfabetização, constituindo-se como estratégia de escolarização, qualificação profissional e participação social, articulada por diferentes agentes e instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA MARTINS. **Correio do Sul**. Bagé, p. 2, 1946. Disponível no Arquivo Público Municipal de Bagé.

FERREIRA, Ivete Gonçalves; BICA, Alessandro Carvalho. Do Collegio Elementar de Bagé ao grupo escolar Silveira Martins: a gênese de uma instituição escolar na primeira metade do século XX. 2011. 15 f. Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso de Letras) - Curso de Letras, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Bagé, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/server/api/core/bitstreams/2b9b872b-aa90-4aa7-9271-48c29dbb61ea/content>. Acesso em 09 jul. de 2026.

¹ Mestra e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Bagé/RS; E-mail: lizianefagundes.aluno@unipampa.edu.br

² Professor Doutor no Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Bagé/RS; E-mail: alessandrobica@unipampa.edu.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA CASIMIRO LUIZ GOMES (CANAVIEIRAS/BA)

Ana Paula Souza Báfica¹

Ilka Miglio de Mesquita²



Fonte: Arquivo da Escola

RESUMO

A Escola Municipal Casimiro Luiz Gomes está localizada no município de Canavieiras, região do extremo sul da Bahia, em média há 420 km da cidade de Salvador, na Praia de Atalaia. Uma comunidade que tem a pesca como principal atividade financeira. A escola iniciou seu funcionamento em meados de 1970, segundo moradores mais antigos, para atender aos moradores da comunidade, entendida como área rural (educação do campo). Esse espaço escolar foi inaugurado, oficialmente, no dia 25 de maio de 1982. Com quarenta e quatro anos, essa instituição continua atendendo crianças da Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental, hoje, na modalidade de Educação em Tempo Integral, como preconiza a meta 06 do Plano Nacional de Educação – PNE. A história da escola Casimiro traz para o cenário educacional, a importância da valorização da educação, pois, moradores centenários da Ilha, nos contam que o nome foi em homenagem ao morador mais antigo, que doou o terreno para sua construção. Antigamente, esse espaço só possuía dois cômodos, como relatado. Com a reforma, a escola se expandiu, e hoje, possui secretaria, banheiros, cozinha, área externa e as salas-de-aula. É importante ver que existe um esforço na manutenção e perpetuação da Casimiro Luiz, pois reforça a existência de pertencimento e identidade local, o que pode ser percebido nas manifestações dos nativos da Ilha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014/2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015.

BAHIA. **Projeto Político Pedagógico**. Rota das Águas/Educação do Campo. Canavieiras, janeiro de 2023.

¹ Ana Paula Souza Báfica; Doutoranda em Educação; UESC; Ilhéus/Bahia; apsbafica.ppge@uesc.br

² Ilka Miglio de Mesquita; Doutora em Educação; Universidade Estadual de Santa Cruz; Ilhéus/Bahia; immesquita@uesc.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

CENTRO DE EDUCAÇÃO RURAL EURICO QUEIROZ (BEZERROS/PE)

Emilly Michele da Silva¹
Roberto Ribeiro da Silva²



Fonte: Acervo da EREFM Eurico Queiroz

RESUMO

Esse resumo apresenta os resultados da pesquisa realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propesqi/UFPE), que investiga a trajetória histórica do Centro de Educação Rural Eurico Queiroz (CEREQ). A pesquisa é fundamentada a partir de pesquisadores da História da Educação como Rosa Fátima (2023), Nosella e Buffa (2006), que permitem compreender o contexto sociohistórico em que o CEREQ foi criado. Analisando também os objetivos de sua instituição sob a égide do Sistema Integrado de Educação Rural (SIER), uma estratégia educacional que buscava melhorar as condições socioeconômicas no campo através dos Centros de Educação Rural (CERu). Situado no contexto do ruralismo pedagógico, o CEREQ contribuiu para a escolarização e profissionalização da população do campo, com o objetivo de combater o êxodo rural através de uma educação que unia o ensino formal às práticas agrícolas. Como um CERu, o CEREQ (1978 – 1987), atuava na coordenação técnica e pedagógica da região, oferecendo diversas modalidades de ensino e operando através de laboratórios especializados. Os resultados apontam que essa instituição materializou práticas educacionais inovadoras, como a adequação do calendário escolar aos períodos de colheita, a criação de hortas comunitárias, considerando o período investigado acabou representando uma trajetória de resistência e inovação na educação rural.

REFERÊNCIAS

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. **Navegando na história da educação brasileira**, 2006.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima. UNA DÉCADA DE INVESTIGACIÓN SOBRE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN RURAL EN BRASIL (2012-2022). **História da Educação**, v. 27, 2023.

¹ Emilly Michele da Silva; Licencianda em Pedagogia; Universidade Federal de Pernambuco; Caruaru/PE; emilly.michele@ufpe.br.

² Roberto Ribeiro da Silva; Doutor em Educação; Universidade Federal de Pernambuco; Caruaru/PE; roberto.ribeiros@ufpe.br.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL BERNARDO JOSÉ FRANCO (ITUIUTABA/MG)

Daniella Patrícia da Silva¹

Sauloéber Társo de Souza²



Figura 1: Fachada da Escola Municipal Bernardo José Franco em Ituiutaba-MG. Fonte: Google Fotos (2018).

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no campo da História das Instituições Escolares e integra os estudos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU). Tem como objeto de investigação a Escola Municipal Bernardo José Franco, localizada na comunidade rural de São Lourenço, no município de Ituiutaba (MG). O estudo busca compreender de que modo a trajetória dessa instituição permite analisar o processo de escolarização do campo e a constituição da rede municipal de ensino entre 1970 e 1990, contrapondo os discursos oficiais e a legislação educacional nacional à realidade cotidiana de uma escola do campo. Parte-se do pressuposto de que o estudo das instituições escolares constitui um âmbito profícuo para compreender a organização da escola em suas múltiplas dimensões e suas relações com o contexto social, político e educacional (BUFFA; NOSELLA, 2009), contribuindo para a compreensão da educação do campo e da formação do sistema público de ensino no município. O recorte temporal inicia-se com a criação da escola, em 1971, período de expansão das escolas rurais municipais e de vigência da Lei nº 5.692/1971, estendendo-se até 1990, momento marcado pelas transformações políticas e educacionais decorrentes da Constituição Federal de 1988, que redefiniram os rumos da educação pública brasileira. A pesquisa adota abordagem histórico-documental, fundamentada em levantamento bibliográfico e pesquisa documental. As fontes compreendem legislação educacional, jornais, documentos oficiais, atas, diários de classe, livros de matrícula, livros de ponto, regimentos escolares, Projeto Político-Pedagógico, arquivos da secretaria municipal de educação e dos acervos do município. A análise fundamenta-se nas contribuições da História das Instituições Escolares e da História e Historiografia da Educação, ao focar em uma instituição singular, suas adaptações, limites estruturais e os significados construídos pelos sujeitos que viveram este contexto da Escola Municipal Bernardo José Franco em Ituiutaba no Triângulo Mineiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.**

Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2009.

¹ Daniella Patrícia da Silva; Mestranda em Educação; Universidade Federal de Uberlândia; Uberlândia/MG; daniellasilva@ufu.br

² Sauloéber Tarsio de Souza; Pós-doutor em História; Universidade Federal de Uberlândia; Uberlândia/MG; sauloeber@ufu.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL CONJUNTO CACHOEIRA (ITABUNA/BA)

Elisângela Alves Santos¹



Cândida Maria Santos Daltro Alves²

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2026).

RESUMO

Fundada em 2002, a Escola Municipal Conjunto Cachoeira localiza-se na Fazenda Conjunto Cachoeira, zona rural do município de Itabuna, Bahia. Sua história teve início quando o encerramento das atividades da Escola Tobias Barreto interrompeu o atendimento escolar das comunidades rurais da região. Diante desse cenário, famílias, educadores e lideranças locais mobilizaram-se para garantir a continuidade do direito à educação. A iniciativa contou com a cessão de uma antiga edificação da Fazenda Conjunto Cachoeira por seu proprietário, João Eudo, possibilitando que as professoras Regiane Cruz e Elisângela Alves Santos iniciassem as atividades escolares com quinze estudantes. Ao longo dos anos, a parceria entre comunidade e poder público consolidou a instituição, que atualmente atende à Educação Infantil, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e à Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA). Este resumo resulta de pesquisa documental sobre a constituição e a história da escola, fundamentada na análise do Projeto Político-Pedagógico, do histórico institucional e da literatura sobre Educação do Campo. As fontes revelam que a trajetória da Escola Municipal Conjunto Cachoeira ultrapassa a criação de uma unidade de ensino: representa a reconstrução do direito à educação por uma comunidade rural que transformou a memória, território e participação social em fundamentos de sua identidade institucional. Sua proposta educativa orienta-se pela valorização dos saberes locais, da agricultura familiar, da gestão democrática, da formação humana e do fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade. Sua trajetória integra a memória da educação pública brasileira e evidencia o protagonismo das comunidades rurais na construção e permanência das escolas do campo.

REFERÊNCIAS

ESCOLA MUNICIPAL CONJUNTO CACHOEIRA. **Projeto Político-Pedagógico**. Itabuna, BA, 2023.
MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

¹ Especialista. Rede Municipal de Ensino de Itabuna. E-mail: gineto133@gmail.com.

² Doutora em Educação. Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Ilhéus, BA, Brasil. E-mail: cmsdalves@uesc.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL GUARDA ANTÔNIO RODRIGUES DO NASCIMENTO
UBERLÂNDIA/MG

Leila Ferreira Gonçalves Moraes¹



Fachada da Escola Municipal Guarda Antônio Rodrigues do Nascimento

Fonte: Acervo da autora (2026).

RESUMO

A Escola Municipal Guarda Antônio Rodrigues do Nascimento iniciou suas atividades em 1978, com a denominação Pré-Escolar Caiapó, funcionando em uma residência cedida pela comunidade católica, localizada no Bairro Dona Zulmira, em Uberlândia (MG). Em 1979, passou a denominar-se Pré-Escolar do Bairro Dona Zulmira e, em 1988, inaugurou sua sede própria, situada na Rua das Violas, nº 45, Bairro Taíaman, onde permanece em funcionamento. Na década de 1990, em decorrência do crescimento da demanda educacional, a instituição ampliou sua estrutura física e pedagógica, passando a ofertar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, posteriormente, o Ensino Fundamental. Em 1991, recebeu a denominação de Escola Municipal Guarda Antônio Rodrigues do Nascimento e, em 1999, consolidou sua atuação como unidade autônoma da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia. Com a ampliação do atendimento ao Ensino Fundamental, o número de matrículas na Educação Infantil foi reduzido, resultando no encerramento das atividades na sede própria em 1999, permanecendo apenas uma sala anexa à Creche do Bairro Dona Zulmira. Em 2001, o atendimento pré-escolar foi ampliado com a criação de salas anexas em diferentes bairros. Em 2024 a escola voltou a atender 48 estudantes da Educação Infantil (5 anos) e 404 estudantes do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), distribuídos em 14 turmas, sendo sete no turno matutino e sete no vespertino o que se mantém até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

ESCOLA MUNICIPAL GUARDA ANTÔNIO RODRIGUES DO NASCIMENTO. **Projeto Político-Pedagógico**. Uberlândia, MG: Escola Municipal Guarda Antônio Rodrigues do Nascimento, 2026.

¹ Leila Ferreira Gonçalves Moraes; licenciada em Pedagogia (Faculdade Pitágoras), Mestre em Tecnologia, Comunicação e Educação (UFU); Uberlândia/MG; E-mail leila011281@gmail.com.



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

COLÉGIO ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL ALMAKAZIR GALLY GALVÃO (COARACI/BA)

Alana de Jesus Senna¹



Fonte: acervo da escola

RESUMO

O Colégio Estadual de Tempo Integral Almakazir Gally Galvão está localizado em Coaraci, município que pertence à região cacaueira, no sul da Bahia e possui população estimada de 17.557 pessoas (IBGE, 2025). É uma instituição urbana, de médio porte, que oferta Ensino Médio Integral, Parcial, Técnico e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Foi instituído pela Portaria nº16.693 no D.O. de 11 de novembro de 2003 e em 2008 foi autorizado o funcionamento do Anexo, no distrito de Itamotinga. Identificamos na historiografia do colégio, que a sua origem, é fruto de mobilização social, devido à grande demanda de estudantes do Ensino Médio que eram abrigados por escolas que também atendiam ao Ensino Fundamental, o que provocou o reordenamento das redes estadual e municipal na cidade (Colégio Estadual de Tempo Integral Almakazir Gally Galvão, 2026). O Colégio Estadual Almakazir Gally Galvão, primeiro nome da instituição, foi construído para ofertar, exclusivamente, o Ensino Médio, atendendo à LDB 9394/96, no que diz respeito à responsabilidade do Estado de “oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem” (Brasil, 1996). O nome da instituição tem origem política, escolhido pelo ex-prefeito da cidade, Sr. Joaquim Miguel Gally Galvão, que articulou a doação do terreno e construção do colégio, optando por homenagear a sua mãe, prática recorrente entre os governantes e seus grupos ideológicos (Colégio Estadual de Tempo Integral Almakazir Gally Galvão, 2026).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

COARACI. **Projeto Político Pedagógico**. Colégio Estadual de Tempo Integral Almakazir Gally Galvão, 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Brasília, DF: IBGE, 2026.

¹ Alana de Jesus Senna; Mestranda, PPGE/Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Coaraci/Bahia; alanajesussenna@gmail.com



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA ARTESANAL CORNÉLIO SOARES (SERRA TALHADA/PE)

Pollyanna de Lima Freire¹



Fonte: Acervo da Escola de Referência em Ensino Médio Cornélio Soares (2025).

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Pernambuco (UPE), *Campus* Mata Norte-PE. O presente estudo insere-se na área da História da Educação e tem como objetivo geral analisar o acervo documental da Escola Artesanal Cornélio Soares, em Serra Talhada PE. A problemática central investiga de que forma esse acervo, enquanto patrimônio, contribui para a construção da memória e da História da Educação e quais são suas atuais condições de preservação. A metodologia fundamenta-se na análise bibliográfica e documental, operando sobre um *corpus* de documento monumento de Le Goff (1990), que inclui a análise de portarias, leis, decretos, fotografias e maquinários. O referencial teórico ancora-se nos conceitos de arquivo escolar de Mogarro (2006), nas concepções de fontes de pesquisa de Nunes (2006) e Furtado (2011) e na compreensão de patrimônio educativo de Souza (2013).

REFERÊNCIAS

FURTADO, Alessandra Cristina. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 2, p. 145-159, 2011. LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, Editora da Unicamp, 1990. (Reunião dos artigos do autor publicados na Enciclopédia Einaudi). MOGARRO, Maria João. Arquivos e Educação. A construção da memória educativa. **Sísifo. Revista de Ciências da Educação**, v.1, n. 2, p. 71-84, 2006. NUNES, Antonietta d' Aguiar. Fontes para a história da educação. **Praxis Educacional**, Vitória da Conquista, n. 2, p. 187-206, 2006. SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 199 – 221.

¹ Mestranda em Educação (UPE) - Serra Talhada/PE - pollyana.lfreire@upe.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA FARAILDES SANTOS (JEQUIÉ/BA)

Vaniele Rocha Santos¹



Professoras do Grupo Escolar Prof.ª Faraildes Santos em frente à fachada da instituição

Fonte: CARVALHO (2024, p.147).

RESUMO

Fundado em 13 de junho de 1965, durante a gestão do Dr. Antônio Lomanto Júnior, o então Grupo Escolar Professora Faraildes Santos nasceu no bairro Curral Novo para atender às necessidades educacionais da comunidade. Em 1970, no governo de Luís Viana Filho, o prédio foi ampliado para acompanhar a crescente demanda escolar da região. Desde o início, a instituição destacou-se pela forte presença feminina no magistério, em que ensinar era visto como uma verdadeira missão de amor. A figura da pioneira Faraildes Santos tornou-se símbolo moral e espiritual para a juventude local. Ao longo das décadas, o colégio acompanhou as mudanças institucionais em 1992, converteu-se para o 1º Grau e, em 2000, implantou o Ensino Médio, passando a denominar-se Colégio Estadual Professora Faraildes Santos. Assim, consolidou-se como espaço de formação e inspiração para gerações de estudantes jequeenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Irani Silva. **SINGULARIDADES DO GRUPO ESCOLAR PROFESSORA FLORIPES SODRÉ NO INTERIOR DA BAHIA (1970-2003)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Minas Gerais, p. 335, 2024.

¹Vaniele Rocha Santos; Mestranda do Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação PPGE-UESC; Universidade Estadual de Santa Cruz; Ilhéus/Bahia. Email: vrsantos.ppge@uesc.br



XVII SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "200 ANOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL"
Universidade Federal de Uberlândia
18 a 22 de agosto de 2026

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SHENEIDER CORDEIRO CORREIA (TEIXEIRA DE FREITAS/BA)

Mauricio de Novais Reis¹
Cristiane Batista da Silva Santos²



Escola Municipal Prof. Sheneider Cordeiro Correia, fotografia do arquivo do pesquisador

RESUMO

Este trabalho narra a trajetória de uma instituição escolar situada no bairro com maior contingente negro do município de Teixeira de Freitas. A poucos quilômetros da Comunidade Quilombola de Arara, o bairro Nova América deriva da fazenda homônima pertencente a uma família negra fundadora da cidade. O bairro tornou-se território de convivência de uma comunidade majoritariamente negra que, até a emancipação política do município, não contava com escolas de anos finais do ensino fundamental. Embora Teixeira de Freitas tenha se emancipado politicamente em 9 de maio de 1985, foi somente em 22 de outubro de 1988 que a Escola Municipal Professor Sheneider Cordeiro Correia foi fundada, recebendo, primeiro, o nome Escola Municipal Dilvan Rocha Coelho e, em 2010, tendo falecido o professor Sheneider, que atuava na unidade, a denominação foi alterada. É partindo da análise documental e de pesquisas realizadas anteriormente que podemos afirmar que o bairro Nova América constitui-se como território negro originado da família Freitas Correia. Sheneider Cordeiro Correia estudou e lecionou na escola que atualmente leva o seu nome (EMPSCC, 2022). Sua família doou terrenos para a construção de escolas (Jornal Alerta, s/d). A presença da família se faz notar nos sobrenomes de inúmeros estudantes, residentes no bairro e na comunidade quilombola da qual a família deriva.

REFERÊNCIAS

EMPSCC. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Teixeira de Freitas-BA: Escola Municipal Professor Sheneider Cordeiro Correia, 2022.

JORNAL ALERTA. **Osair Nascimento é homenageado com moção de congratulação na Câmara de Teixeira**. Disponível em: <https://jornalalerta.com.br/osair-nascimento-e-homenageado-com-mocao-de-congratulacao-na-camara-de-teixeira/>. Acesso em: 10 jul. 2026.

¹ Doutorando PPGE/UESC; membro do GRUPPHED/UESC. E-mail: contato@mauricionovais.com.

² Professora no PPGE/UESC; membro do GRUPPHED/UESC. E-mail: cbssantos@uesc.br.